

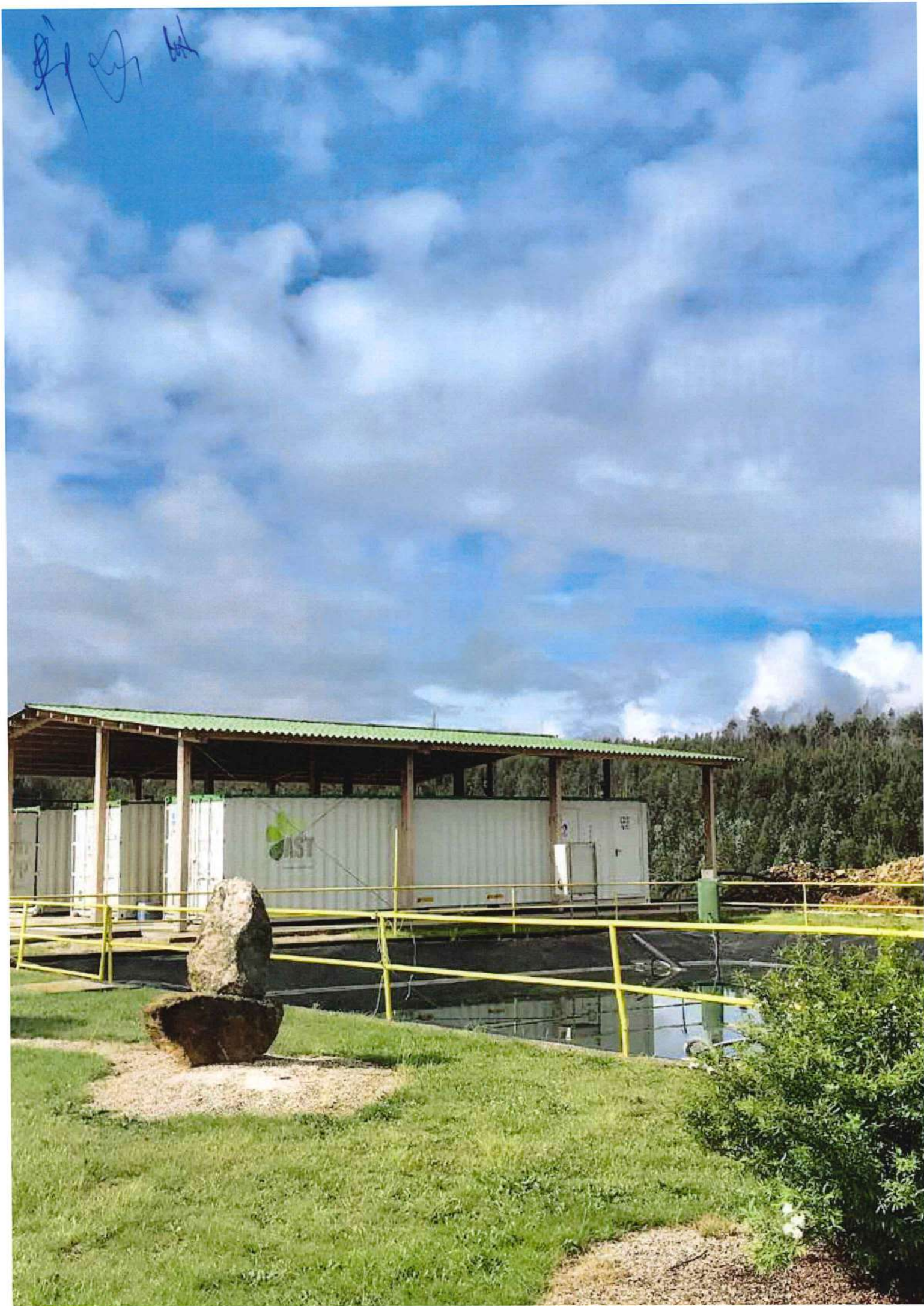
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO
PLANALTO BEIRÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTA DE GERÊNCIA 2020

Handwritten signatures and initials in the top right corner.





ÍNDICE

01

MENSAGEM DO CONSELHO EXECUTIVO

4

02

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE E APRESENTAÇÃO DO SISTEMA

11

2.1 Caracterização da Entidade	12
2.2 Apresentação do Sistema de Gestão de Resíduos (SGRU)	13

03

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

16

3.1 Gestão de resíduos	17
3.2 Recolha Seletiva Multimaterial	21

3.3 Tratamento mecânico e biológico (TMB)	35
3.4 Resíduos Industriais Banais	38
3.5 Monitorização do CTRSU	39
3.6 Comunicação e Sensibilização Ambiental	45
3.7 Abastecimento de água aos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela	53

04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

59

4.1 Balanço	60
4.2 Demonstrações de Resultados por naturezas	61
4.3 Controlo Orçamental da Despesa e da Receita	61
4.4 Fluxos de Caixa	62
4.5 Análise da dívida direta da AMRPB	63
4.6 Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos	63
4.7 Ativos fixos tangíveis	63

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS ANEXOS

Handwritten signatures in the top left corner.



MENSAGEM DO CONSELHO EXECUTIVO

01



O Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos titulado pela AMRPB tratou, no âmbito das suas valências, no ano 2020, um total de 141.673 toneladas de resíduos.

A política de resíduos que a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) tem seguido assenta no padrão da promoção do resíduo como fonte de valor económico, social e ambiental, contribuindo para o fecho dos ciclos de materiais, consolidada em fontes de energia sustentável. A salvaguarda desta estratégia, orientada acima de tudo para a valorização, compatibiliza a diversificação de soluções técnicas viáveis e o constante desenvolvimento de infraestruturas de tratamento de resíduos sólidos urbanos.

O ano 2020 destaca-se, desde logo, pelo forte crescimento de retoma, para reciclagem, com origem em recolha seletiva (37 kg/hab.), que reflete a evolução registada ao nível da recolha seletiva trifluxe, com a AMRPB a voltar a ultrapassar a meta definida no PERSU 2020 (29 kg/hab.), entretanto prorrogada para 2022.

No que diz respeito à meta de deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro, a eficiência da Central de Valorização Orgânica do SGRU é crucial e, como tal, o contínuo investimento na melhoria do seu desempenho, inclusivamente no quadro das vantagens e exigências específicas da adoção futura de uma estratégia de recolha seletiva de biorresíduos, darão seguimento ao esforço da AMRPB em incrementar o contributo da valorização da fração orgânica dos resíduos urbanos na diminuição da sua deposição em aterro e na potenciação do seu valor na bioeconomia.

Encontra-se também em fase de contratação pública a operação POSEUR-03-1911-FC-000238, para a "Implementação de uma linha de preparação de Combustível Derivado de Resíduos a partir da trituração e secagem da Fração Resto do SGRU da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão". Este investimento mereceu parecer favorável em dezembro de 2019, com a taxa máxima de cofinanciamento de 85% e um montante total financiado de 6.253.086,20 EUR. O investimento dotará o sistema de uma importante ferramenta de conversão da fração resto num combustível com valor acrescentado, evitando a sua deposição em aterro e a penalização consequentemente resultante do recurso a esta opção de tratamento. O investimento, articulado com um incremento da eficácia da valorização de biorresíduos perspectivada no contexto da adoção de uma estratégia de valorização na fonte e recolha seletiva neste fluxo, juntamente com a recuperação de recicláveis em tratamento mecânico e o reforço continuado da recolha seletiva multimaterial, robustecem a capacidade de resposta do SGRU face ao desafio introduzido pela revisão da Diretiva¹ relativa à deposição de resíduos em aterro, no âmbito da qual essa opção de tratamento virá limitada a um máximo de 10% dos resíduos urbanos produzidos em 2035.

O vasto caminho já trilhado no domínio da recolha seletiva, que nos permite hoje dispor de redes específicas consolidadas de recolha seletiva e valorização, em articulação com os municípios associados, vai permitir pôr em prática até 2023 uma estratégia de valorização na fonte e de recolha seletiva dedicada aos biorresíduos. Este tema carece de uma resposta que reconheça e internalize as especificidades da Região, que salguarde a sustentabilidade e a acessibilidade económica do serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos e que assente na rentabilização de equipamentos e infraestruturas existentes passíveis de completar a cadeia de valor da fração de biorresíduos.

A participação pública é um meio transparente de informar e consultar os utilizadores dos serviços da AMRPB e, por norma, as pessoas defendem melhor aquilo que conhecem e em que acreditam. Para esse efeito é esperada em 2021 a realização da maior campanha de sensibilização e educação ambiental realizada na Região, com um investimento superior a 1 MEUR ao longo de 18 meses.

Estamos convictos de que seremos capazes de fazer face aos desafios que surgirem e de sermos bem-sucedidos nesses empreendimentos. Contamos, como até hoje, com o capital humano de todos os envolvidos, os 19 Municípios associados e a colaboração de todos os fornecedores da AMRPB.

O Conselho Executivo da AMRPB

¹ Diretiva (UE) 2018/850, de 30 de maio de 2018.

Desempenho do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (SGRU) titulado pela AMRPB.

O SGRU da AMRPB responde às necessidades de tratamento dos resíduos sólidos urbanos (RU) de mais de 300 mil habitantes nos seus mais de 6 mil quilómetros quadrados de território de intervenção. Entre 2013 e 2020, o SGRU da AMRPB e o seu Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos de Tondela (CTRSU) em particular, processou mais de um milhão de toneladas de resíduos sólidos urbanos.

As infraestruturas, equipamentos, recursos humanos e estrutura gestionária do SGRU constituem o cerne da atividade desenvolvida pela AMRPB e do serviço público que diariamente concretiza a sua razão de existir.

O exercício de 2020 voltou a atestar o reforço da separação na fonte de recicláveis trífloxo – papel/cartão, plástico/metal/ECAL e vidro –, com um incremento homólogo de 21%. Apesar de um crescimento homólogo de cerca de 5% na produção total de RU, o incremento da recolha indiferenciada é cinco vezes inferior, atestando os bons resultados alcançados na promoção dos patamares cimeiros da hierarquia de gestão de resíduos: prevenção da produção e reutilização & reciclagem.

O SGRU registou em 2020 uma capitação da produção total de RU – 428 kg/habitante – que continua a atestar o contributo do Sistema para a prevenção da produção total de RU no contexto nacional, comparando favoravelmente com 513 kg/hab.² em Portugal e 502 kg/hab.² ao nível da UE-27.

FIGURA 1 – Indicadores de gestão de RU do SGRU titulado pela AMRPB, no período 2013-2020.



No domínio da recolha seletiva, o SGRU registou em 2020 um incremento generalizado dos fluxos de recolha, quer face aos resultados de 2019 (+21%), quer face à perspetiva cenarizada no seu instrumento de planificação estratégica (PAPERSU³) do período 2014-2020 (+19%).

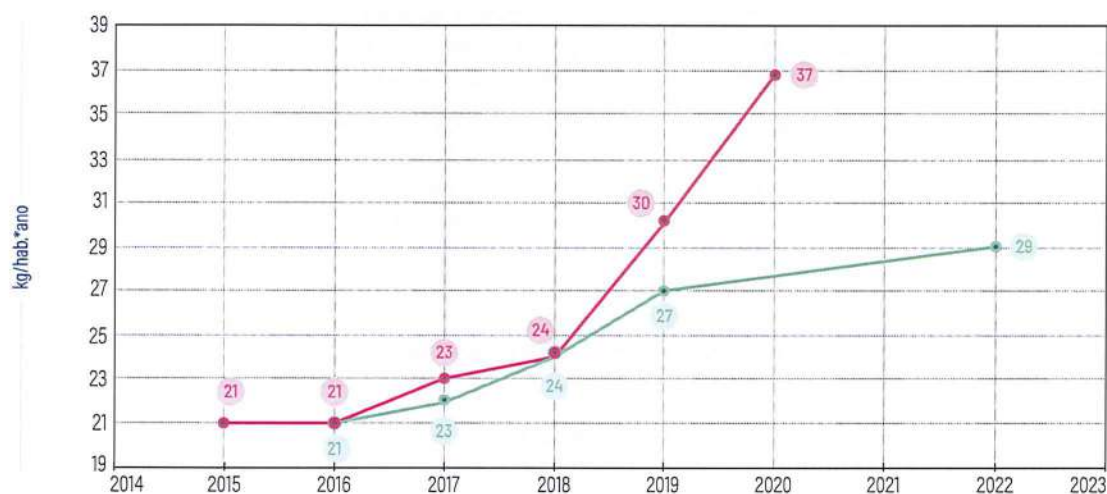
² EUROSTAT, dados de 2019.

³ Plano de Ação do SGRU no contexto nacional (continente) do PERSU 2020.

A recolha seletiva trifluxe registou um total de 12.844 toneladas em 2020 (+79% face a 2014), o equivalente a 39 kg/habitante, correspondendo a uma retoma de 37 kg/habitante na ótica das metas de acompanhamento fixadas aos SGRU nacionais pelo PERSU 2020/2020+⁴. Com este resultado, o SGRU reafirmou o resultado alcançado em 2019 quando ultrapassou, quer a meta intercalar quer a meta do horizonte (29 kg/hab.) do PERSU 2020/2020+. Com efeito, entre 2014 e 2020, a captação da recolha seletiva trifluxe do SGRU quase duplicou (+88%), de 21 para 39 kg/hab.

Ainda no capítulo das metas de acompanhamento fixadas aos SGRU nacionais pelo PERSU 2020/PERSU 2020+, regista-se uma melhoria homóloga de 7% na preparação para reutilização e reciclagem e um desagravamento homólogo de -4% na deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro.

FIGURA 2 – Retomas com origem em recolha seletiva do SGRU titulado pela AMRPB no período 2015-2019.



Legenda:

● Retoma (kg/hab.*ano) ● Meta PERSU 2020/2020+

Os resultados obtidos em 2019 reforçam a convicção de que os investimentos no sistema de recuperação multimaterial do SGRU têm sido acompanhados de um incremento expressivo da separação de recicláveis na fonte, bem como da contenção da produção de RU, por parte dos habitantes dos municípios da AMRPB.

Os resultados encontram-se em linha com o contributo do setor dos resíduos sólidos urbanos para a promoção de uma Economia tendencialmente Circular, traduzindo as prioridades de intervenção recentemente reforçadas no contexto da UE pela apresentação do *European Green Deal* e pela apresentação, a 11 de março de 2020, do novo Plano de Ação para a Economia Circular (CEAP) por parte da CE; bem como com as prioridades que no contexto nacional emergiram da aprovação da Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2017-2020 (ENEA2020) e da aprovação do Plano de Ação para Economia Circular (PAEC).

Os resultados alcançados inspiram confiança e otimismo quanto ao aprofundamento da captação do potencial de resíduos recicláveis separados na fonte, nomeadamente o desenvolvimento do sistema de recolha seletiva e valorização na origem de biorresíduos produzidos nos 19 Municípios da AMRPB, desenvolvimento esse que ocupará um papel central no planeamento estratégico da gestão de RU no contexto nacional e da AMRPB.

⁴ Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2014-2020 (PERSU 2020), entretanto revisto pelo PERSU 2020+.

Operação POSEUR-03-1911-FC-000075: "Incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem multimaterial de papel/cartão, plástico/metálico/ECAL e vidro" – POSEUR

A operação POSEUR-03-1911-FC-000075 preconiza um esforço de investimento de 19,5 MEUR no sistema de recuperação multimaterial do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (SGRU) titulado pela AMRPB.

Trata-se de um investimento com alcance vertical ao longo de toda a cadeia de valor de recicláveis trifluxo – papel/cartão, plástico/metálico/ECAL e vidro – geridos pela AMRPB: desde a sensibilização para a separação e deposição seletiva de recicláveis, à ampliação da rede de ecopontos (mais de 1.800), à ampliação da frota de recolha seletiva (17 novas viaturas), à criação de condições de armazenamento seletivo temporário nas Estações de Transferência (ET) do SGRU (dois cais de transferência e seis reboques de transporte), à promoção da eficiência do transporte coordenado da recolha seletiva a partir das ET (três cabeças de trator para semirreboques), até à ampliação e modernização do tratamento dos recicláveis nas Centrais de Triagem do CTRSU de Tondela.

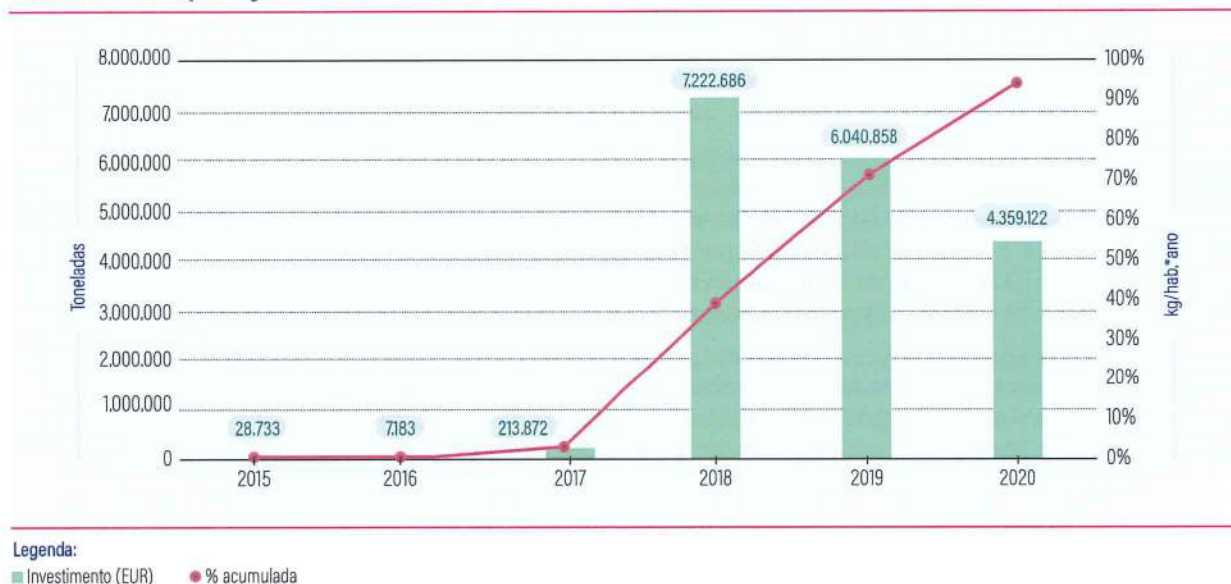
Trata-se de um investimento que vai ao encontro dos cidadãos, com o aumento do nível de acessibilidade aos equipamentos de deposição seletiva, duplicando o número médio de ecopontos disponíveis por cada mil habitantes do perímetro da AMRPB: de cinco, em 2015, para 10, no horizonte da operação.

Trata-se de um investimento comprometido com a promoção da circularidade das cadeias de valor dos materiais recicláveis, colocando-os ao serviço de novos produtos e novas matérias-primas secundárias, promovendo a segurança e estabilidade das cadeias de abastecimento da economia europeia e fomentando o emprego sustentável. No total, a operação subscreveu o compromisso de introduzir na Economia Circular perto de mais três mil toneladas de recicláveis por ano até 2020, elevando em cerca de 40% o aporte do SGRU da AMRPB face a 2014, para um total de perto de 10 mil toneladas por ano, o equivalente à retoma de 28 quilogramas de recicláveis trifluxo por habitante.

Os exercícios de 2019 e de 2020 superam já, como se viu, o compromisso assumido com a operação, tendo-se alcançado uma retoma de 37 quilogramas por habitante e atingido uma recolha total de 12.844 toneladas (+79% face a 2014).

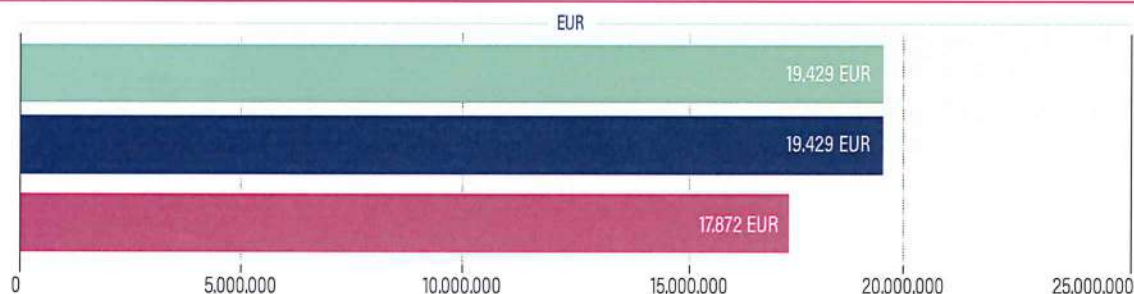
Com um investimento de mais de 4 MEUR em 2020, a operação registou no final desse ano uma taxa de execução financeira de 92% do investimento total aprovado, o equivalente a um total de 17,9 MEUR investidos entre 2015 e 2020.

FIGURA 3 – Evolução do montante investido no contexto da operação POSEUR-03-1911-FC-000075.



O investimento aprovado na operação estava, no final de 2020, integralmente adjudicado.

FIGURA 4 – Estado da adjudicação e execução do investimento da operação POSEUR-03-1911-FC-000075 no final de 2020.



Legenda:

■ Investimento APROVADO ■ Investimento ADJUDICADO ■ Investimento EXECUTADO até 31/12/2020

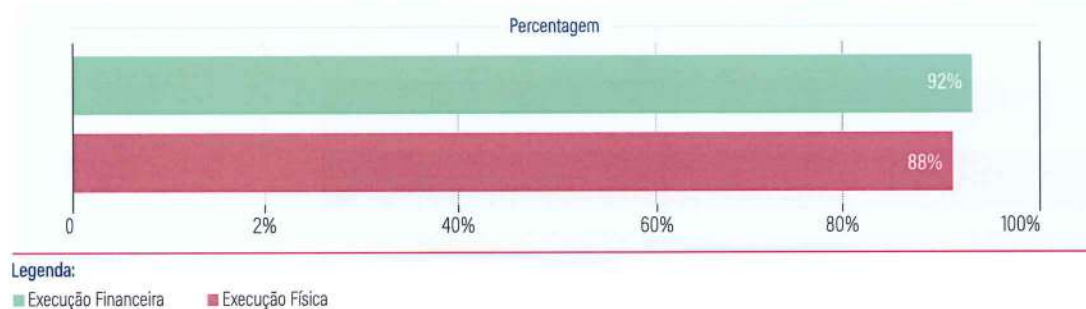
A execução física do total de dez projetos que traduzem a configuração do investimento da operação atingiu em 2020 a aquisição de um total de 88% dos ativos aprovados. Nesse ano foram instalados 474 novos ecopontos e concluídas as obras de reconstrução da Central de Triagem de papel/cartão do CTRSU de Tondela, inaugurada em outubro com a presença do Sr. Presidente da República.

TABELA 1 – Estado da execução física e financeira da operação POSEUR-03-1911-FC-000075 no final de 2020.

Projeto	Investimento aprovado (EUR)	Investimento adjudicado (EUR)	Ativos tangíveis / intangíveis aprovados (Un.)	Investimento executado até 31-12-2019	%	Ativos tangíveis / intangíveis adquiridos (Un.) até 31/12/2019	%
1. Sensibilização e educação ambiental	1.546.229	1.220.131	5	15.012	1%	2	40%
2. RS 3F porta-a-porta em clientes não-domésticos	104.979	103.046	3	103.046	100%	3	100%
3. Ampliação da rede de equipamentos 3F	7.562.293	7.650.477	1.890	7.689.950	104%	1.787	95%
4. Projeto-piloto PAYT nos Municípios de Viseu e Seia	924.642	980.206	166	609.573	67%	20	12%
5. Ampliação da frota RS 3F	2.946.976	2.876.553	15	2.876.553	99%	15	100%
6. Implementação da componente 3F na ET de Vouzela	171.617	188.894	3	188.894	112%	3	100%
7. Implementação de recolha de resíduos trífloxo nas ET	845.795	830.250	9	830.250	100%	9	100%
8. Ampliação e otimização da CT embalagens	3.157.635	3.099.600	38	3.099.600	100%	38	100%
9. Outras despesas elegíveis	36.588	35.916	1	35.916	100%	1	100%
10. Reparação de danos 15O17	2.132.401	2.444.083	4	2.423.661	116%	4	100%
Total	19.429.157	19.429.157	2.134	17.872.455	92%	1.882	88%

hij

FIGURA 5 – Resumo da execução física e financeira da operação POSEUR-03-1911-FC-000075 no final de 2020.



Handwritten signature or initials in the top right corner.



CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE E APRESENTAÇÃO DO SISTEMA

02

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) é uma entidade de direito público que congrega um total de 19 Municípios de três NUTIII⁵ da Região Centro: Viseu Dão Lafões, Região de Coimbra e Beiras e Serra da Estrela. No total, a AMRPB agrega um conjunto de mais de 300 mil habitantes.

TABELA 2 – Municípios associados da AMRPB.

Município	NUTS III	População residente (INE, Censos 2011)
Gouveia	Beiras e Serra da Estrela	14.046
Seia	Beiras e Serra da Estrela	24.702
Mortágua	Região de Coimbra	9.607
Oliveira do Hospital	Região de Coimbra	20.855
Tábua	Região de Coimbra	12.071
Aguiar da Beira	Viseu Dão Lafões	5.473
Carregal do Sal	Viseu Dão Lafões	9.835
Castro Daire	Viseu Dão Lafões	15.339
Mangualde	Viseu Dão Lafões	19.880
Nelas	Viseu Dão Lafões	14.037
Oliveira de Frades	Viseu Dão Lafões	10.261
Penalva do Castelo	Viseu Dão Lafões	7.956
Santa Comba Dão	Viseu Dão Lafões	11.597
São Pedro do Sul	Viseu Dão Lafões	16.851
Sátão	Viseu Dão Lafões	12.444
Tondela	Viseu Dão Lafões	28.946
Vila Nova de Paiva	Viseu Dão Lafões	5.176
Viseu	Viseu Dão Lafões	99.274
Vouzela	Viseu Dão Lafões	10.564
Total		348.914

A sua sede localiza-se no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU) de Tondela, em Vale da Margunda – Borralhal, 3465-013, Barreiro de Besteiros, Município de Tondela.

A AMRPB está vinculada ao regime de contabilidade estabelecido para municípios – SNC (Sistema de Normalização Contabilística) – bem como aos regimes jurídicos que regulam o funcionamento daquelas entidades, beneficiando das isenções fiscais previstas na lei para as autarquias locais.

A AMRPB foi constituída por escritura datada de 20 de março de 1991, publicada na III^a série do Diário da República, n.º 131, de 8 de junho de 1991, com os seguintes objetivos imediatos:

- a transformação industrial e comercial de resíduos sólidos urbanos (e eventualmente a recolha de lixos da via pública);
- o sector do saneamento básico (águas e esgotos).

Os órgãos gestores da AMRPB são a Assembleia Intermunicipal e Conselho Executivo.

⁵ Nomenclaturas de Unidade Territorial, nível III, para efeitos estatísticos.



A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da AMRPB e é constituída pelos presidentes dos municípios associados, ou seus substitutos e por um vereador designado de cada uma das câmaras municipais associadas.

O Conselho Executivo é o órgão executivo da AMRPB e é composto por cinco membros efetivos representantes dos municípios associados, eleitos pela Assembleia Intermunicipal de entre os respetivos membros.

A Mesa da Assembleia Intermunicipal é composta por:

Presidente	Presidente da Câmara Municipal de Sátão
Vice-Presidente	Presidente da Câmara Municipal de Nelas
Secretário	Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul

O Conselho Executivo é composto por:

Presidente	Presidente da Câmara Municipal de Tábua
Vogal	Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal
Vogal	Presidente da Câmara Municipal de Mortágua
Vogal	Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão
Vogal	Presidente da Câmara Municipal de Tondela

As contas da AMRPB são auditadas pela empresa Martins Pereira, João Careca & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

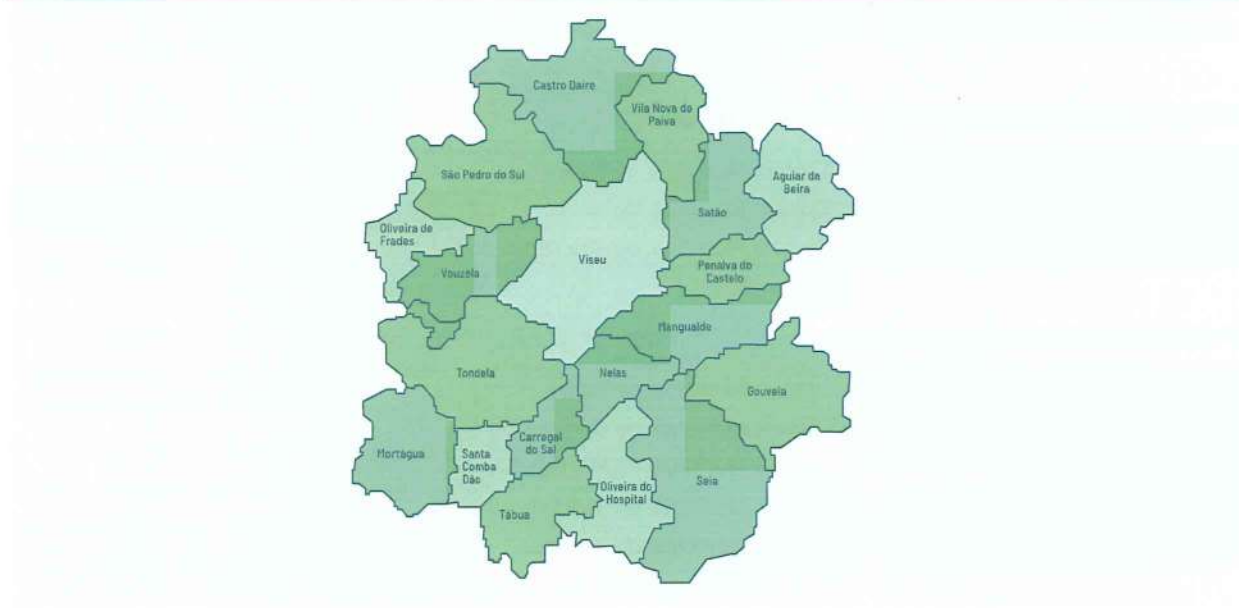
2.2 APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS (SGRU)

A AMRPB é a entidade titular do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos concessionado à ECOBEIRÃO, EIM, SA – Entidade Gestora em alta do SGRU titulado pela AMRPB – sendo simultaneamente a entidade detentora da maioria do capital social com direito do voto daquela concessionária.

O sistema de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos (RU) titulado pela AMRPB tem como objetivo recolher, tratar e valorizar os RU produzidos nos 19 municípios que definem a sua esfera de intervenção territorial, com 4.661 quilómetros quadrados, a décima maior área do conjunto dos 23 SGRU do território continental nacional⁶.

⁶ Fonte: Relatório Anual de Resíduos Urbanos de 2019, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

FIGURA 6 – Território de intervenção do SGRU da AMRPB.



O centro de tratamento (CTRSU) localizado no Município de Tondela é a estrutura central do SGRU. Aqui são recebidos os resíduos sólidos urbanos recolhidos e é definida a operação de tratamento adequada à sua tipologia.

O CTRSU dispõe de uma unidade de confinamento técnico (aterro), uma unidade de tratamento mecânico e biológico (TMB) com digestão anaeróbia e duas centrais de triagem (CT) multimaterial: (i) papel/cartão e (ii) recicláveis de plástico/metal/ECAL.

FIGURA 7 – Esquema do CTRSU de Tondela.



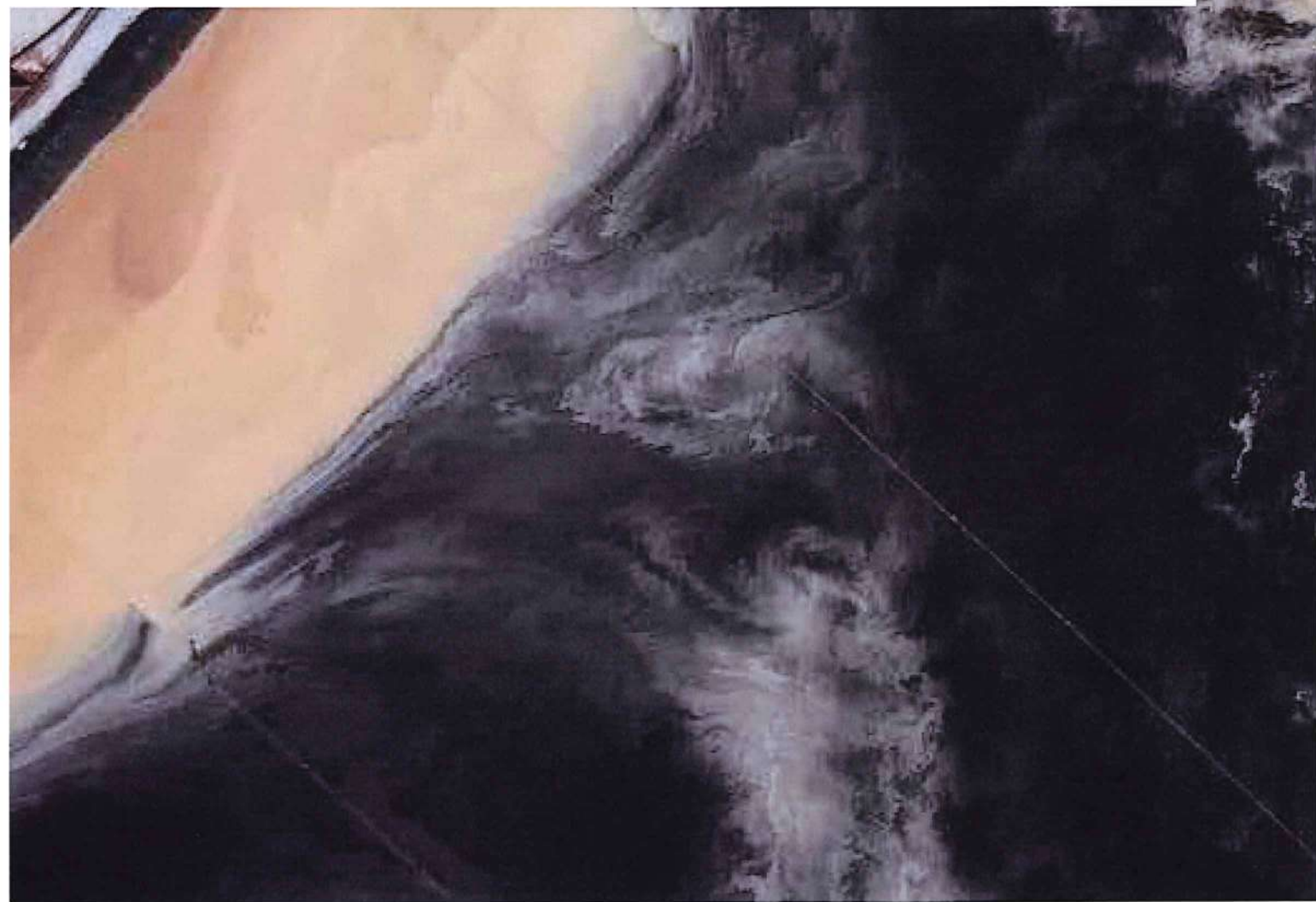
di B. B.

Os resíduos de recolha indiferenciada (RI) recolhidos na área do SGRU são normalmente encaminhados para a unidade de TMB. Na linha de tratamento mecânico (TM) desta unidade procede-se à separação mecânica das embalagens recicláveis de plástico/metal/ECAL e da fração biodegradável, para que estes materiais possam ser encaminhados às operações de valorização apropriadas à respetiva tipologia. A linha de tratamento biológico encarrega-se da digestão anaeróbia da fração biodegradável, culminando na estabilização aeróbia (compostagem) do *output* destas instalações.

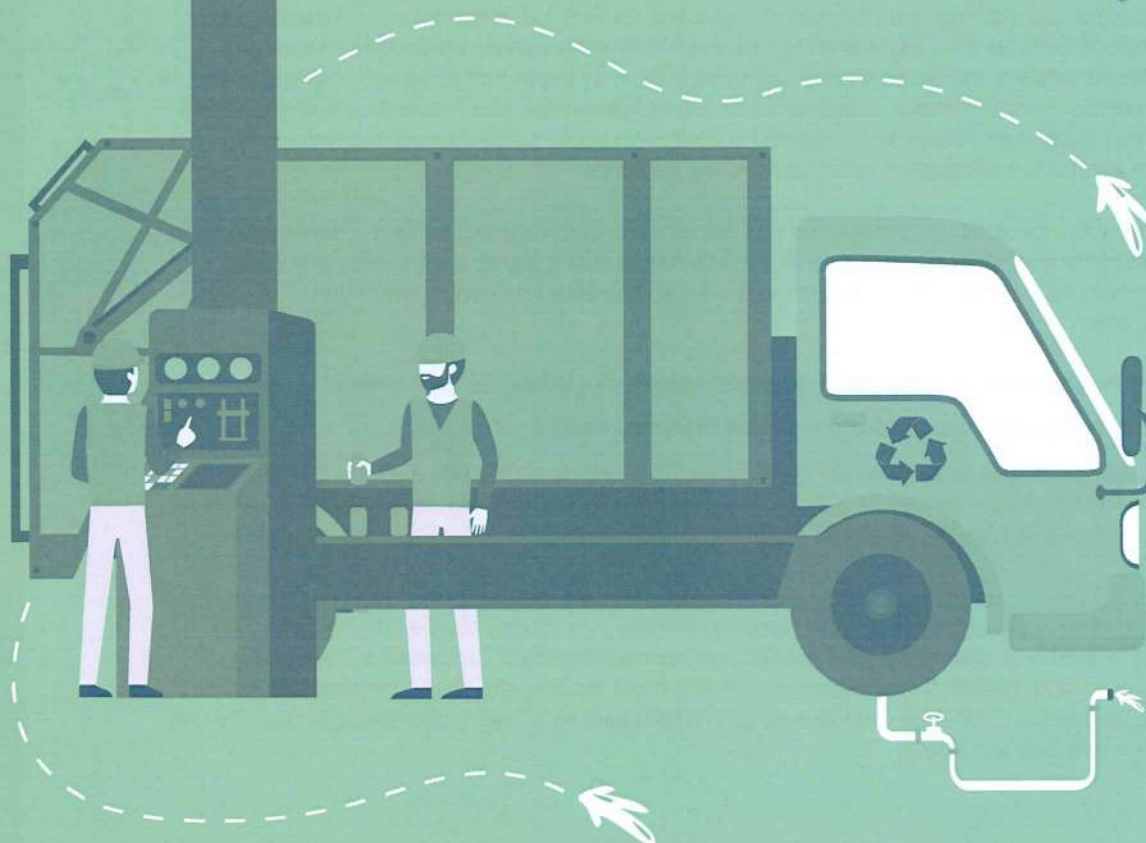
A fração resto (FR) produzida na operação da unidade de TMB, composta por refugos e rejeitados, fundamentalmente originários na operação da linha de tratamento material, é eliminada na unidade de confinamento técnico do SGRU. Esta eliminação é realizada de forma controlada, o que é patenteado, pela:

- atividade de cobertura permanente da superfície exposta da unidade de confinamento;
- o tratamento dos efluentes líquidos percolados (lixiviados) na ETAL;
- na captação do biogás produzido pela decomposição anaeróbia da matéria orgânica confinada, que é posteriormente encaminhado para a central de valorização energética (CVE) do SGRU, igualmente responsável pela valorização do biogás produzido na fase de digestão anaeróbia das instalações de TMB.

Ao nível da recolha seletiva multimaterial de resíduos valorizáveis o sistema dispõe de uma rede com mais de 2.285 baterias de deposição seletiva trifluxe (o equivalente a 6.855 unidades) e ainda de um ecocentro em cada Município. Os resíduos provenientes desta recolha, são depois processados nas unidades de triagem do CTRSU de Tondela e encaminhados para reciclagem, com exceção do vidro que segue diretamente para a indústria.



By Pin



ATIVIDADE
DESENVOLVIDA

03

3.1 GESTÃO DE RESÍDUOS

No exercício de 2020 o SGRU titulado pela AMRPB tratou um total de 153.231 toneladas de resíduos sólidos urbanos, dos quais 117.774 toneladas tiveram origem em recolha indiferenciada.

TABELA 3 – Resíduos tratados pela AMRPB.

Tipologia	Total (ton.)
Resíduos Sólidos Urbanos - Indiferenciados	117.774
Recolha Seletiva - Ecopontos	11.023
Recolha Seletiva - Ecocentros	6.626
Resíduos Industriais não perigosos	17.808
Total...	153.231

A Tabela 4 apresenta o mapa geral de recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados do exercício de 2020 no SGRU titulado pela AMRPB.

TABELA 4 – Mapa de recolha indiferenciada de resíduos urbanos no exercício de 2020 no território do SGRU titulado pela AMRPB.

	Valores em toneladas												Totais
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
A. Beira	150	136	152	142	152	155	173	211	156	146	144	149	1.867
C. Sal	256	260	289	276	282	302	313	343	278	271	251	259	3.382
C. Daire	342	283	329	310	310	343	388	466	362	346	327	369	4.175
Gouveia	362	344	395	361	383	416	447	489	416	385	359	364	4.720
Mangu.	510	504	545	534	552	589	631	663	575	521	496	514	6.632
Mortág.	244	248	260	257	253	273	287	315	267	252	238	251	3.147
Nelas	420	427	456	439	466	494	488	512	442	447	449	464	5.505
O. Frades	270	258	281	276	277	281	301	326	283	261	248	269	3.331
O. Hospital	529	510	548	539	586	603	650	703	598	565	522	541	6.893
P. Castelo	196	175	188	196	171	197	237	259	201	192	174	189	2.375
S c dão	326	322	345	329	357	375	378	410	355	325	304	334	4.160
S p sul	397	389	433	407	434	447	498	573	459	428	382	418	5.264
Sátão	291	268	310	293	292	312	369	442	313	294	279	288	3.754
Seia	643	600	638	613	631	665	713	806	669	629	572	605	7.783
Tábua	316	316	342	348	358	376	397	421	372	354	323	344	4.267
Tondela	757	781	829	817	844	880	925	968	823	813	735	764	9.935
V n paiva	121	107	117	108	122	128	149	194	119	122	117	120	1.523
Viseu	3.034	2.974	3.183	3.015	3.246	3.259	3.384	3.593	3.109	3.172	2.953	3.016	37.937
Vouzela	268	222	260	257	244	258	302	326	268	258	216	256	3.133
Totais...	9.434	9.124	9.899	9.518	9.959	10.353	11.031	12.020	10.065	9.780	9.088	9.514	119.785

3.1.1 – Parque de equipamentos de deposição de resíduos indiferenciados

No âmbito do atual contrato de prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de RSU, foram fornecidos 1.041 novos contentores. Estes equipamentos destinaram-se à substituição de contentores danificados bem como à instalação de novos pontos de deposição.

Em dezembro de 2020 o modelo técnico de deposição de RI do SGRU contava com um parque de 22.929 equipamentos e um volume nominal de contentorização de 19.859 m³.

TABELA 5 – Instalação de novos contentores de RI no SGRU titulado pela AMRPB, em 2020.

Município	Tipologia					Total
	240 l	360 l	800 l	1.000 l	1.100 l	
Aguiar da Beira	0	1	83	0	0	84
Carregal do Sal	0	5	39	0	0	44
Castro Daire	0	16	54	2	0	72
Gouveia	0	0	10	0	0	10
Mangualde	0	0	0	0	0	0
Mortágua	0	5	37	0	0	42
Nelas	0	0	78	0	0	78
Oliveira de Frades	2	2	28	2	0	34
Oliveira do Hospital	0	15	61	0	0	76
Penalva do Castelo	0	0	29	0	0	29
Santa Comba Dão	0	2	39	2	0	43
São Pedro do Sul	1	23	66	3	0	93
Sátão	0	11	39	0	0	50
Seia	0	12	9	0	0	21
Tábua	0	10	60	0	0	70
Tondela	0	20	45	3	0	68
Vila Nova de Paiva	0	1	28	0	0	29
Viseu	0	0	9	11	97	117
Vouzela	0	1	80	0	0	81
Total	3	124	794	23	97	1.041

TABELA 6 – Rede de contentores de RI no SGRU titulado pela AMRPB, em 2020.

Município	Tipologia							Total
	240 l	360 l	800 l	1.000 l	1.100 l	3.000 l	5.000 l	
Aguiar da Beira	4	1	467	3	0	3	0	478
Carregal do Sal	2	146	821	0	0	15	0	984
Castro Daire	22	185	1.203	13	0	13	0	1.436
Gouveia	1	0	439	0	0	0	0	440
Mangualde	3	41	1.130	2	0	43	0	1.219
Mortágua	0	119	948	0	0	7	0	1.074
Nelas	2	55	879	1	0	15	0	952
Oliveira de Frades	8	104	774	33	0	0	0	919

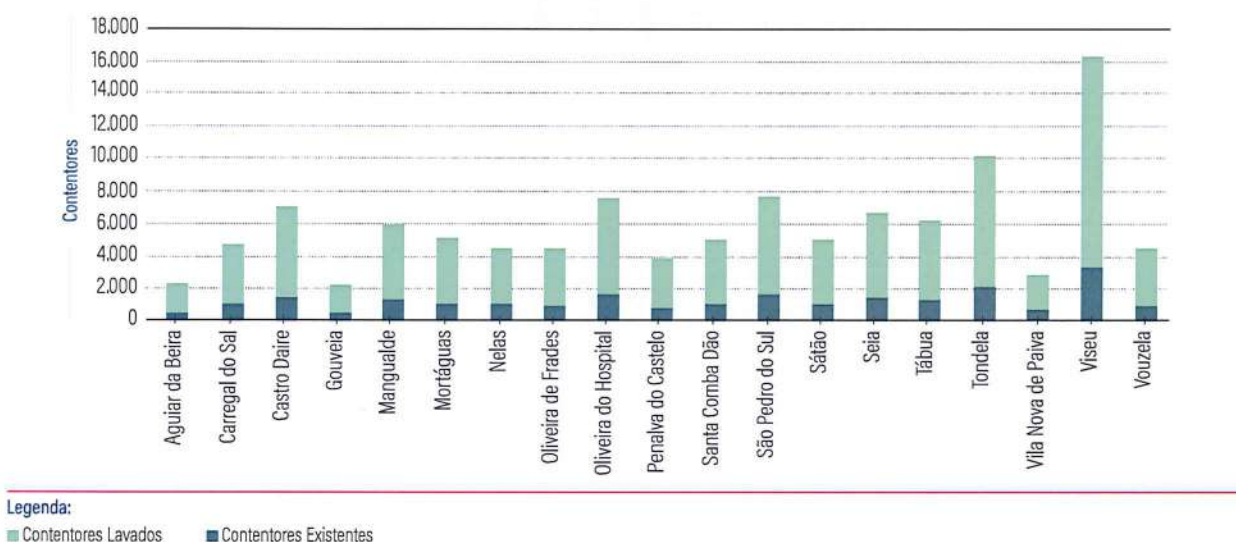
Município	Tipologia							Total
	240 l	360 l	800 l	1.000 l	1.100 l	3.000 l	5.000 l	
Viseu	0	2	143	785	2.073	1	274	3.278
Oliveira do Hospital	4	424	1.114	0	0	31	0	1.573
Penalva do Castelo	0	32	752	1	0	6	0	791
Santa Comba Dão	0	80	924	10	0	6	0	1.020
São Pedro do Sul	19	238	1.297	16	0	16	0	1.586
Sátão	9	157	821	3	0	20	0	1.010
Seia	16	118	1.197	0	5	26	0	1.362
Tábua	0	138	1.106	12	0	0	0	1.256
Tondela	9	117	1.944	7	3	11	0	2.091
Vila Nova de Paiva	2	45	535	0	0	0	0	582
Vouzela	1	64	785	0	0	28	0	878
Total	102	2.066	17.279	886	2.081	241	274	22.929

3.1.2 – Lavagem de Contentores

A lavagem de equipamentos de deposição de RI é uma atividade prevista no âmbito do contrato e realizada em todos os circuitos incluídos na prestação de serviços.

O gráfico da Figura 8 ilustra a atividade de lavagem de equipamentos de deposição de RI desenvolvida no exercício de 2020.

FIGURA 8 – Lavagem de contentores (de RI) no SGRU titulado pela AMRPB, em 2020.

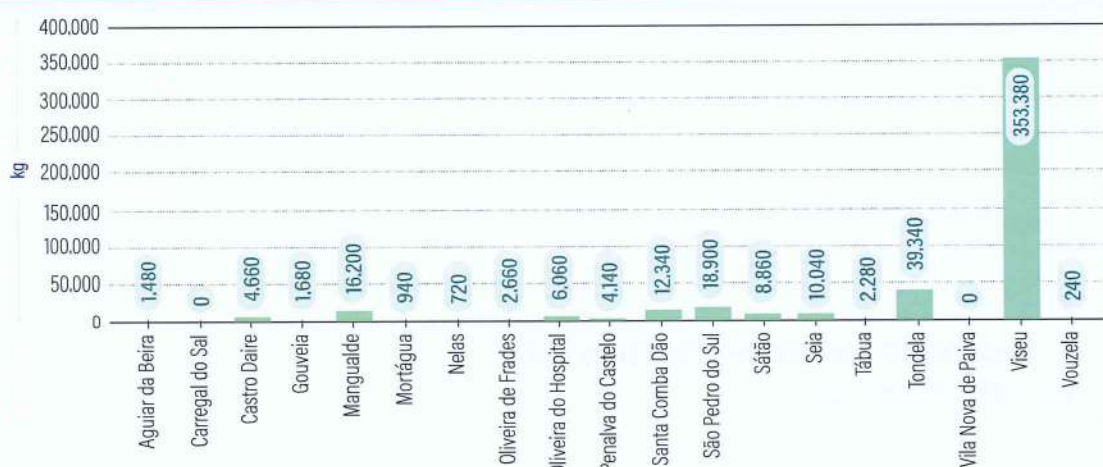


3.1.3 - Recolha de "monstros"

No âmbito do contrato de prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de RSU, foi possível alargar a prestação de serviços aos utilizadores no sentido de complementar a recolha de RI com a recolha de resíduos de grandes dimensões, vulgo "monstros" (móveis, colchões, entre outros) através de circuitos pré agendados de recolha. Para este efeito foi também criado um número verde, que permite o contacto gratuito por parte dos utilizadores e a integração do pedido na posterior definição dos circuitos de recolha.

O transporte de tratamento assim assegurados traduzem uma requalificação do modelo técnico que permitiu diminuir a deposição ilegal de RU.

FIGURA 9 - Recolha de resíduos de grandes dimensões ("monstros") em 2020 na área do SGRU titulado pela AMRPB.



3.2 RECOLHA SELETIVA MULTIMATERIAL

3.2.1 – Instalação de Ecopontos

A instalação de novos ecopontos adquiridos no âmbito da operação POSEUR POSEUR-03-1911-FC-000075 ("Incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem multimaterial de papel/cartão, plástico/metálico/ECAL e vidro"), iniciada em 2019, prosseguiu durante o ano de 2020.

Apesar das contingências associadas à pandemia, conseguiu-se assegurar a continuidade das obras de instalação de ecopontos enterrados e semienterrados e instalar a quase totalidade dos ecopontos de superfície previstos.

De janeiro a dezembro de 2020 foram instalados no Planalto Beirão mais de 400 novos ecopontos.

Para concluir o reforço da rede de deposição seletiva previsto na operação, resta apenas instalar 2 ilhas ecológicas de tipologia enterrada e 39 baterias de ecopontos de superfície.

TABELA 7 – Ecopontos instalados no contexto da execução da operação POSEUR POSEUR-03-1911-FC-000075.

Ação	Unidades do reporte	Meta	Unidades instaladas até 31/12/2019	Unidades instaladas até 31/12/2020
1) vi.1: n.º de baterias trifluxe de superfície instaladas (meta: 1.545)	n.º baterias	1.545	1.073	1.516
2) vi.2: n.º de baterias trifluxe de subterrâneas instaladas (meta: 188)	n.º baterias	188	144	186
3) vi.3: n.º de baterias trifluxe de semienterradas instaladas (meta: 77)	n.º baterias	77	67	77

TABELA 8 – Equipamentos de deposição seletiva trifluxe instalados no exercício de 2020 no território do SGRU titulado pela AMRPB.

	Baterias RS 3F			Unidades RS 3F		
	2019-2020	Total 2020	Azul	Verde	Amarelo	Subtotal
			(P&C)	(V)	(P&M)	
Superfície	+353	2.352	2.352	2.352	2.352	7.056
1.000 L	0	0	0	0	0	0
2.500 L	+353	2.352	2.352	2.352	2.352	7.056
Subsuperfície	+112	398	398	398	398	1.194
Semienterrados	+91	241	241	241	241	723
Enterrados	+21	157	157	157	157	471
Total	+465	2.750	2.750	2.750	2.750	8.250

TABELA 9 – Evolução do rácio população residente/ecopontos instalados na área do SGRU titulado pela AMRPB.

Ano	População residente (INE)	N.º de ecopontos	Rácio população/ecoponto
2018	326.708	1.725	189
2019	326.708	2.285	143
2020	325.673	2.750	118

FIGURA 10 – Bateria de deposição seletiva trífuxo enterrada instalada em 2020 no território do SGRU titulado pela AMRPB.



FIGURA 11 – Bateria de deposição seletiva trífuxo de superfície instalada em 2020 no território do SGRU titulado pela AMRPB.



3.2.2 – Recolha seletiva trífuxo porta-a-porta (PaP) não-domésticos

Em 2020, a AMRPB, colocou no terreno um projeto-piloto de recolha porta-a-porta de resíduos recicláveis de papel/cartão, plástico/metal/ECAL e vidro junto de produtores não-domésticos do comércio e serviços, em seis dos dezanove municípios associados.

Com três viaturas, em seis municípios, realizámos recolhas semanalmente em mais de quatrocentos estabelecimentos, recolhendo no total mais de duzentas toneladas de resíduos valorizáveis

Operação por viatura:

- 12-UI-97 – Municípios de Seia e Oliveira do Hospital, 168 utilizadores, 192 circuitos de recolha em 2020;
- 75-UH-16 – Município de Viseu, 89 utilizadores, 198 circuitos de recolha em 2020;
- 75-UH-39 – Municípios de São Pedro do Sul, Tondela e Mangualde, 175 utilizadores, 183 circuitos de recolha em 2020.

Recolha por fluxo:

- Papel/Cartão: 140 toneladas;
- Plástico/Metal/Embalagens: 22,6 toneladas;
- Vidro: 51,7 toneladas;

Com base nos bons resultados obtidos estamos agora focados em alargar este serviço aos restantes municípios.

TABELA 10 – Indicadores do projeto de recolha seletiva porta-a-porta em utilizadores não-domésticos, em 2020.

Item	Informação	
Materiais captados	Papel/cartão; Plástico/metal/ECAL; Vidro.	
N.º de circuitos de recolha	Município	N.º
	Seia e Oliveira do Hospital	192
	São Pedro do Sul, Tondela, Mangualde	183
	Viseu	198
Municípios abrangidos	Seia; Oliveira do Hospital; São Pedro do Sul; Mangualde; Tondela; Viseu.	
Nº de viaturas alocadas	3	
Tipo de viaturas	3 viaturas ligeiras c/caixa de carga.	
Total de utilizadores não-domésticos abrangidos	Município	Utilizadores
	Seia e Oliveira do Hospital	168
	São Pedro do Sul, Mangualde e Tondela	175
	Viseu	89
	Total	432
Material recolhido em 2020 (ton.)	Fluxo	Qt. (t.)
	Papel/cartão	140
	Plástico/metal/ECAL	22,6
	Vidro	51,7
	Total	214,2

FIGURA 12 – Viatura da frota de recolha seletiva do projeto-piloto de recolha seletiva trífuxo PaP junto de utilizadores não-domésticos.



FIGURA 13 – Ilustração da atividade do projeto-piloto de recolha seletiva trífuxo PaP junto de utilizadores não-domésticos.



FIGURA 14 – Ilustração da atividade do projeto-piloto de recolha seletiva trifluxo PaP junto de utilizadores não-domésticos.



3.2.3 – Triagem de recicláveis trifluxo

O exercício de 2020 registou a conclusão de importantes investimentos ao nível da recuperação dos danos provocados pelos incêndios de outubro de 2017 nas Centrais de Triagem (CT) de resíduos recicláveis do CTRSU de Tondela.

Por um lado, a conclusão da reconstrução da CT de Papel/Cartão, com um investimento total a ascender a cerca de 1,5 milhões de euros. A inauguração das novas instalações teve lugar a 14 de outubro de 2020 e contou com a presença do Sr. Presidente da República.

Por outro lado, a conclusão dos trabalhos de reparação, modernização e ampliação da capacidade de tratamento da CT de embalagens de plástico/metalo/ECAL.

FIGURA 15 – Resultado da reconstrução da Central de Triagem de papel/cartão.



FIGURA 16 – Setor reconstruído do edifício da Central de Triagem de embalagens do CTRSU de Tondela.



FIGURA 17 – Equipamentos da Central de Triagem de embalagens do CTRSU de Tondela intervencionados pelos investimentos de modernização e ampliação.



FIGURA 18 – Equipamentos da Central de Triagem de embalagens do CTRSU de Tondela intervencionados pelos investimentos de modernização e ampliação.



3.2.4 – Resultados da recolha seletiva trífuxo

No ano de 2020, foram recolhidas seletivamente 12.844 toneladas de resíduos valorizáveis trífuxo produzidos nos municípios da área de influência da AMRPB.

Relativamente a 2019, foram recolhidas mais 2.264 toneladas de resíduos valorizáveis, o que representa um crescimento 21%.

Tomando como referência os valores de reciclagem per capita, verificamos que cada habitante do Planalto Beirão separou na fonte mais 7 kg de recicláveis trífuxo quando comparado com 2019, situando-se a média global em 39 kg/hab. (32 kg/hab. em 2019).

Estes resultados são sem dúvida o reflexo do reforço significativo da cobertura de ecopontos e aumento das frequências de recolha, que tem vindo a ser implementado desde 2019, e que fomentaram um considerável aumento dos níveis de adesão dos cidadãos ao processo de separação para reciclagem.

TABELA 11 – Recolha seletiva na rede de ecopontos do SGRU titulado pela AMRPB, em 2020.

Município	Vidro	Papel/Cartão	Embalagens	Totais
	150107	150101	150106	kg
A. Beira	66.600	28.243	23.221	118.064
C. Sal	97.464	64.325	55.709	217.498
C. Daire	178.138	85.593	71.310	335.040
Gouveia	120.085	100.191	70.302	290.578
Mangualde	249.625	205.720	173.714	629.060
Mortágua	214.840	83.746	77.316	375.902
Nelas	203.539	114.233	103.272	421.044
O. Frades	141.460	77.756	58.388	277.604
O. Hospital	259.239	196.238	135.368	590.845
P. Castelo	87.862	45.966	43.352	177.179
S. C. Dão	144.991	84.278	66.316	295.585
S. P. Sul	264.524	158.292	123.266	546.081
Sátão	129.032	78.875	61.943	269.850
Seia	329.025	236.602	180.257	745.883
Tábua	163.550	87.213	70.014	320.776
Tondela	337.998	190.125	163.210	691.333
V. N. Paiva	64.792	35.410	21.906	122.107
Viseu	1.530.381	1.685.869	1.066.149	4.282.398
Vouzela	153.835	91.346	70.810	315.991
Total	4.736.980	3.650.020	2.635.820	11.022.820

TABELA 12 – Recolha seletiva da rede de ecocentros do SGRU titulado pela AMRPB, em 2020.

Município	Vidro	Metais	Entulhos Rcd	Reee (Eq, Arref, Refrig)	Reee (Monitores Tv)	Reee (Reee)	Papel E Cartão	Plásticos Mist Plásticos	Plásticos Mistos Plast N Embalagem	Verdes Resid Biodegradáveis	Emb, Madeira	Madeiras E Colchões	Totais
	150107	200140	170904	20 01 23	20 01 35	200136	150101	150106	200139	200201	150103	200307	Kg
A. Beira	6.220	16.180	57.760	3.099	4.159	8.482	29.040	18.580	2.720	17.020	0	52.980	216.240
C. Sal	15.580	13.440	83.640	4.308	4.567	8.905	16.240	6.220	1.920	43.500	0	60.920	259.240
C. Daire	0	3.840	38.060	2.431	3.417	4.692	26.300	1.160	1.240	0	0	36.980	118.120
Gouveia	12.500	31.920	168.220	10.803	11.387	18.691	32.140	17.920	6.700	53.620	37.660	90.940	492.501
Mangualde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mortágua	17.400	22.000	182.840	8.886	7.037	18.478	19.800	9.380	7.680	41.800	0	110.960	446.261
Nelas	7.760	9.440	58.460	4.269	6.101	7.651	33.460	13.380	6.220	46.880	0	97.820	291.441
O. Frades	7.120	4.540	7.660	1.369	3.127	3.365	12.900	4.200	3.880	7.740	0	25.340	81.241
O. Hospital	22.840	22.280	180.800	14.176	12.867	19.343	118.160	40.540	9.900	99.900	64.520	80.460	685.786
P. Castelo	6.460	6.180	32.960	1.574	1.641	2.525	10.620	4.660	1.520	25.300	10.220	24.700	128.360
S. C. Dão	6.760	3.880	45.800	2.761	3.309	4.390	4.520	2.820	0	22.200	0	23.320	119.760
S. P. Sul	6.340	10.200	114.740	3.436	6.469	8.335	27.500	8.800	5.360	10.460	0	57.880	259.520
Sátão	7.440	4.900	39.900	3.005	3.776	7.380	16.100	8.680	1.960	28.880	0	29.260	151.281
Seia	34.900	51.440	338.660	17.371	19.449	25.061	74.100	28.220	15.800	122.280	130.740	153.260	1.011.281
Tábua	8.500	9.700	94.860	6.423	5.308	6.929	26.580	8.600	4.260	88.840	0	63.080	323.080
Tondela	0	9.640	232.660	5.382	7.360	10.739	22.940	7.480	5.140	25.160	0	86.480	412.981
V. N. Paiva	8.820	14.800	100.540	3.789	5.263	7.548	28.800	10.140	1.920	13.940	0	54.780	250.340
Viseu	8.200	18.700	269.640	11.077	14.587	21.837	88.280	26.160	16.280	188.820	100.280	399.260	1.163.121
Vouzela	14.780	7.420	50.660	3.223	5.687	6.270	44.480	14.180	1.700	5.580	0	61.560	215.540
Total	191.620	260.500	2.097.860	107.382	125.511	190.621	631.960	231.120	94.200	841.920	343.420	1.509.980	6.626.094

FIGURA 19 – Evolução da recolha seletiva trífuxo com origem em ecopontos no SGRU titulado pela AMRPB, entre 2010 e 2020.

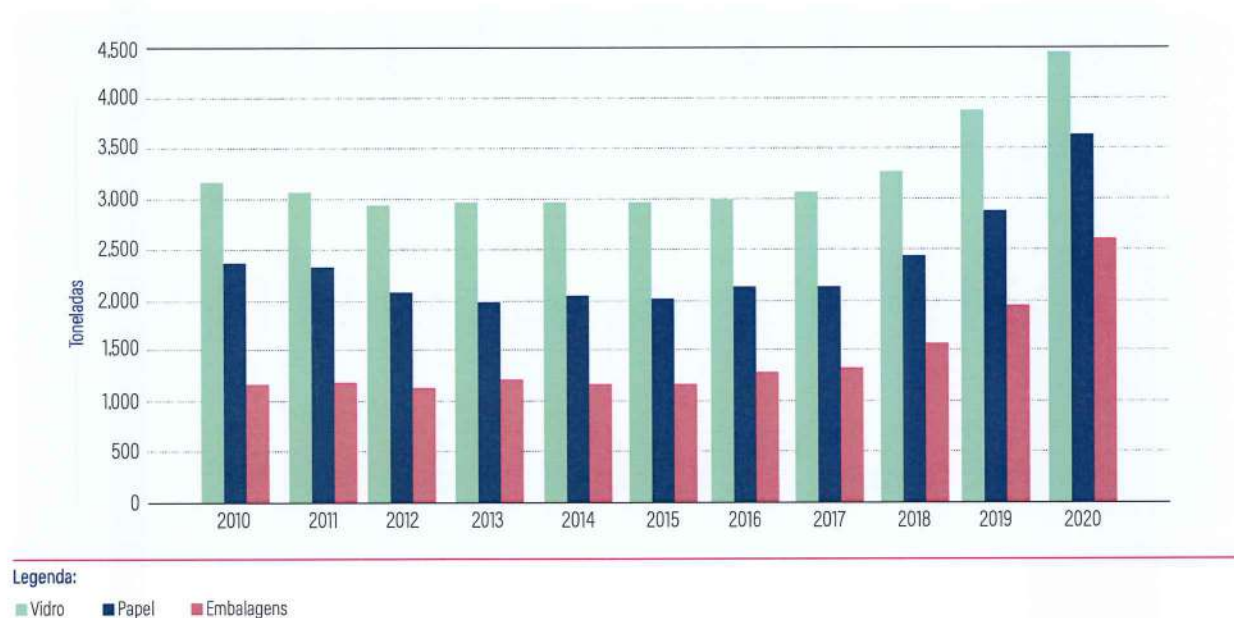


FIGURA 20 – Evolução da recolha seletiva trífuxo com origem em ecopontos no SGRU titulado pela AMRPB, entre 2019 e 2020.

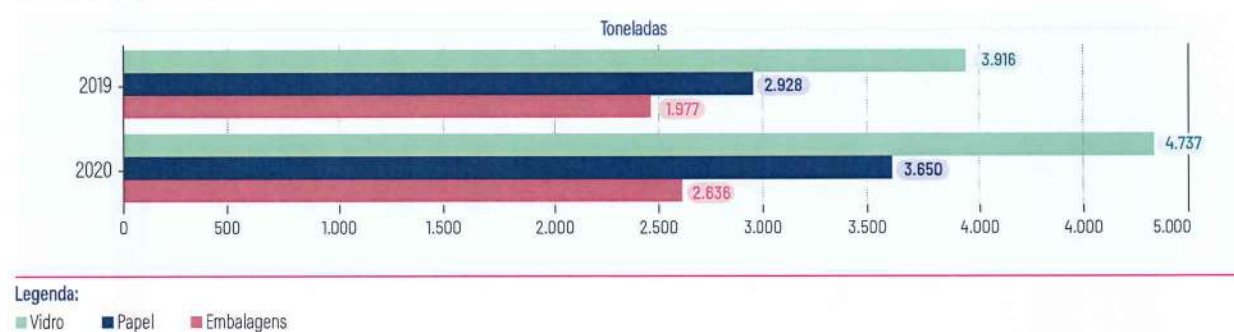


FIGURA 21 – Capitação da recolha seletiva de vidro, por Município, no SGRU titulado pela AMRPB, em 2020.

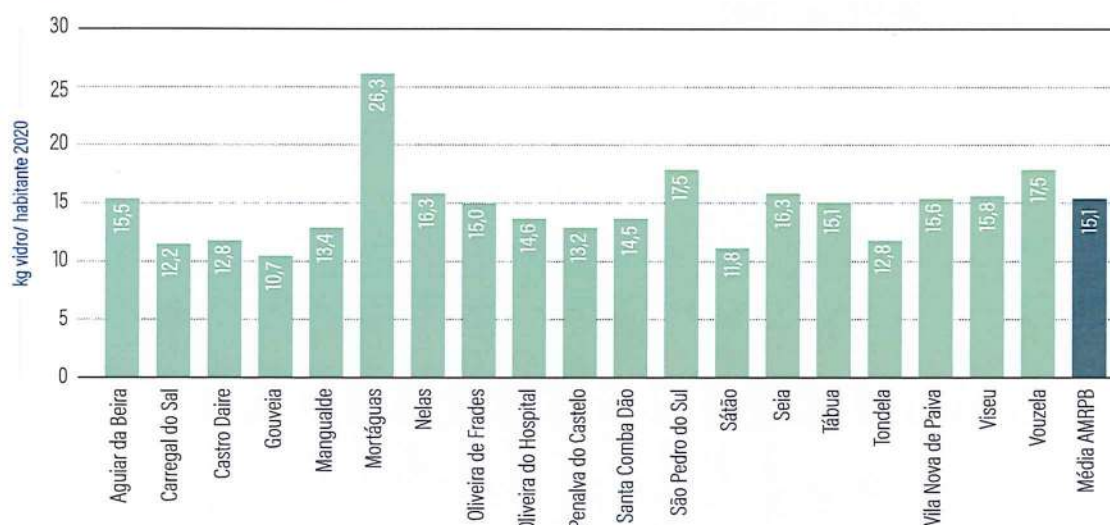


FIGURA 22 – Capitação da recolha seletiva de papel/ cartão, por Município, no SGRU titulado pela AMRPB, em 2020.

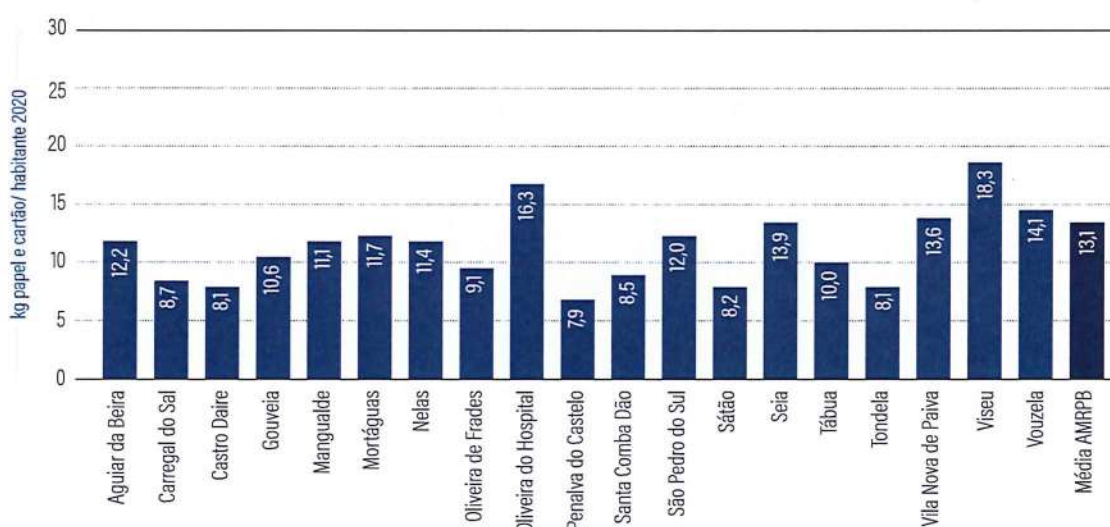
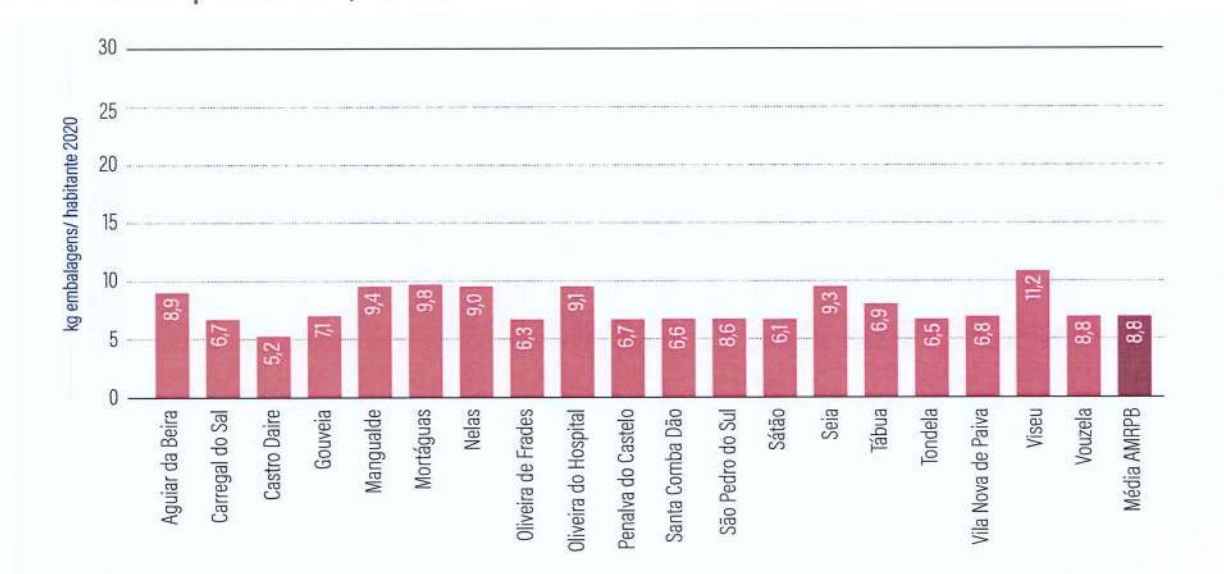


FIGURA 23 – Capitação da recolha seletiva de embalagens de plástico/metal/ECAL, por Município, no SGRU titulado pela AMRPB, em 2020.



3.2.5 – Retoma de resíduos valorizáveis

As tabelas que se seguem refletem o encaminhamento à indústria recicladora dos recicláveis recolhidos e triados em 2020 no SGRU titulado pela AMRPB, com duas origens fundamentais:

- Recolha seletiva multimaterial (com o maior contributo);
- Recuperação de recicláveis no TM (tratamento mecânico) dos resíduos com origem em recolha indiferenciada, nas instalações de TMB do CTRSU de Tondela.



TABELA 13 – Venda de recicláveis com origem recolha seletiva no SGRU titulado pela AMRPB, em 2020.

Retomas de Recolha Seletiva 2020		Valor (ton)
Vidro		5.045
Cartão		4.235
ECAL		269
Filme		451
PET		351
PEAD		186
EPS		14
Plásticos Mistos		352
Aço		526
Alumínio		40
Pilhas & Acumuladores		8
Tampinhas		7
Plásticos mistos não embalagem		103
Verdes		842
Madeira		343
Lâmpadas		7
REEE		438
OAU		19
Total (ton)		13.240

TABELA 14 – Venda de recicláveis recuperados no tratamento material de resíduos indiferenciados no SGRU titulado pela AMRPB, em 2020.

Retomas Tratamento Mecânico 2020		Valor (ton)
Aço embalagem		959
Metal TMB		234
Alumínio TMB		171
PET TMB		309
PEAD TMB		159
Filme TMB		766
ECAL TMB		194
Total (ton)		2.792

3.2.6 – Metas PERSU 2020

No ano de 2020 recolheram-se seletivamente 12.844 toneladas de resíduos recicláveis trifluxo provenientes dos 19 municípios que integram a AMRPB.

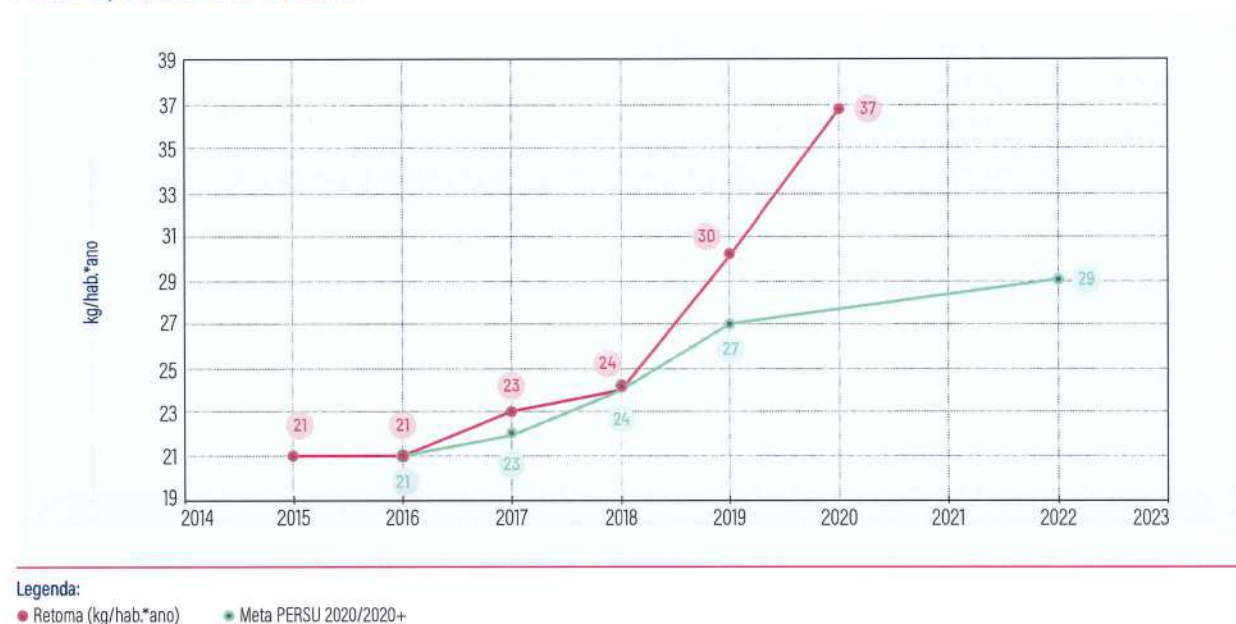
Comparativamente ao ano transato, as retomas subiram 23%, para um total de 37 kg/hab., associadas a um acréscimo de 2.264 toneladas. Este valor significa que os habitantes do Planalto Beirão passaram a reciclar mais 5 kg/ano em 2020.

Relativamente aos valores nacionais o Planalto Beirão apresenta um desempenho extremamente positivo, uma vez que a taxa de crescimento global no país se fica pelos 13%. A fração de plástico/metal foi a que registou um crescimento mais vincado, com uma subida de 31% face a 2019 (a nível nacional cresceu apenas 7,6%), o vidro aumentou 16,5% (1,3% a nível nacional) e o papel/cartão cresceu 21%, a única fração que cresceu abaixo da média nacional, que por sua vez registou um crescimento de 39,7%.

Estes dados revelam que, mesmo com a evolução da pandemia do SARS-CoV-2 e a mudança dos estilos de vida, os comportamentos de separação dos resíduos continuaram a ser uma das preocupações dos cidadãos da região do Planalto Beirão.

Com a meta PERSU 2020 já alcançada e superada em 2019, e um novo aumento em 2020, os resultados são animadores e revelam que o investimento realizado nos últimos anos, ao nível da rede de deposição e meios de recolha, foi uma opção acertada que está a dar os seus frutos e permitirá a sustentabilidade, a longo prazo, do sistema.

FIGURA 24 – Evolução do desempenho das retomas com origem em recolha seletiva no SGRU titulado pela AMRPB, entre 2015 e 2020.





3.3 TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO (TMB)

O tratamento mecânico é um processo de triagem mecânica que separa resíduos valorizáveis como o plástico, o metal e resíduos biodegradáveis, de uma variedade de resíduos sólidos urbanos recolhidos indiferenciadamente.

Em 2020, a Unidade de Tratamento Mecânico do Planalto Beirão, que está dotada de equipamentos e tecnologia adequada para a moderna gestão de resíduos, processou 69.092 toneladas de resíduos sólidos urbanos provenientes da área de influência da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

Face à pandemia do SARS-CoV-2, a unidade de TMB operou alguns meses apenas com um turno.

De acordo com as disposições do Plano de Contingência, em situação epidemiológica por doença Covid-19, a higienização das instalações e equipamentos (pás carregadoras, viaturas e outras máquinas de utilização partilhada) é efetuada duas vezes por dia, num total de cerca de 1,5h/dia, desde o início da mesma.

Em 2020 a unidade de TMB trabalhou os mesmos dias que no ano anterior, mas condicionada pelas contingências da pandemia. Face a menos horas de funcionamento e menos disponibilidade de operadores, os resíduos processados diminuíram substancialmente, traduzindo-se em menos matéria orgânica disponível para a CVO (tratamento biológico) e em menos resíduos valorizáveis.

TABELA 15 – Indicadores operacionais da unidade de TMB do CTRSU de Tondela, em 2020.

Indicador	Valor
Total de horas de funcionamento	2.590 h
Dias totais trabalhados	272
Operadores na cabine de triagem por dia, em média	14 operadores

Na tabela seguinte são apresentados e discriminados os valores de entrada e de saída de materiais da linha de Tratamento Mecânico da unidade de TMB do CTRSU de Tondela, em 2020.

TABELA 16 – Entrada e saída de materiais da linha de TM da unidade de TMB do CTRSU de Tondela.

Tratamento Mecânico de RSU - Resumo Anual 2020			
Dados Gerais		Unid	Totais
Entradas	RSU	ton	69.091,74
Saídas	Rejeitado - Cabine	ton	2.097,2
	Rejeitado - Caís	ton	5.949,12
	Rejeitado - TMB	ton	48.499,56
	Rejeitado - Sem ID	ton	54
	Rejeitado - Polímeros	ton	232,84
	Total Material Rejeitado	ton	56.832,72
	Mistura Plásticos/Polímeros	ton	826,04
	PET	ton	98,66
	PEAD	ton	52,04
	ECAL	ton	68,68
	Filme 1	ton	769,5
	Filme 2	ton	0
	TMB - Aço Embalagem	ton	702,62
	TMB - Aço Embalagem Finos	ton	148,04
	TMB - Metal	ton	240,26
	TMB - Alumínio	ton	33,78
	TMB - Alumínio Embalagem	ton	141,66
	TMB - Vidro	ton	0
	Total Saídas Mat.Potencial Valorização	ton	3.081,28
	Matéria Orgânica para CVO	ton	8.211,8

3.2.7 – Central de Valorização Orgânica

O processo de digestão anaeróbia permite decompor os componentes biodegradáveis de RU e produzir biogás e composto orgânico. O biogás é utilizado para gerar eletricidade e o composto orgânico serve de fertilizante para diversos fins.

A Central de Valorização Orgânica (CVO) da unidade de TMB da AMRPB contribui não só para a redução da deposição de resíduos em aterro sanitário, como para a redução de gases responsáveis pelo aquecimento global, ao integrar tanto a digestão anaeróbia, como a compostagem, assumindo a forma de uma fase de digestão anaeróbia completa, seguida de uma maturação (compostagem) do material sólido resultante.

Em 2020 foram introduzidas no digestor da Central de Valorização Orgânica 8.211,80 toneladas de resíduos sólidos triados, provenientes da linha de Tratamento Mecânico.

No fim de 2020, o digestor estava com um nível de 19,3 metros, um volume de 3.158 m³ e uma temperatura de 37,7 °C.

Foram produzidas 702,1 toneladas de composto afinado, das quais 658,0 toneladas foram armazenadas em box e 44,1 toneladas utilizadas para apoio à exploração (modelação do aterro).

No quadro seguinte são apresentados, em valores médios, os principais resultados analíticos do processo de digestão anaeróbia, obtidos no laboratório da CVO.

TABELA 17 – Principais resultados analíticos da gestão anaeróbia da CVO do CTRSU de Tondela, em 2020.

CVO – Principais resultados analíticos			
2020	Parâmetro	Unidade	Valores médios
RST	MS	%	40,18
	MSV	%	68,64
	Inertes totais	% PS	17,76
Digerido	MS	%	26,29
	MSV	%	43,82
	Inertes totais	% PS	56,18
	PH		7,67
	Temperatura	°C	38
	BIC	g/l	17,42
	AGV	g/l	3,38

O quadro seguinte apresenta e discrimina os valores da Central de Valorização Orgânica, para os principais parâmetros e processos, no ano de 2020.

TABELA 18 – Resumo anual dos processos desenvolvidos na CVO da unidade de TMB do CTRSU de Tondela, em 2020.

Central de Valorização Orgânica – Resumo Anual 2020			
Processo	Parâmetro	Unidade	Total
Introdução	Resíduos sólidos triados	ton.	8.211,8
	Outros produtos	ton.	0
	Sucos prensados	m ³	38,7
	Sucos filtrados	m ³	156,8
	Vapor	m ³	237,5
	Nível	m	20,1
	Volume	m ³	3.394,4
	Temperatura	°C	38
Extração	Extração digerido	m ³	11.094
	Suco tratado	m ³	2.988,2
	Sucos prensados	m ³	8.121,4
	Lixiviado ETAR	m ³	13.064,7
Biogás	Produção biogás*	Nm ³	805.997
	CH ₄	%	57,4
	H ₂ S	ppm	1075,3
	CO	ppm	594,5
	CO ₂	%	42,4
	O ₂	%	0,1

* A produção de biogás não inclui o consumo interno na caldeira a vapor. Os valores de CH₄, H₂S, CO, CO₂ e O₂ são valores médios.

3.4 RESÍDUOS INDUSTRIAIS BANAIS

O Centro Integrado de Tratamento e Eliminação de Resíduos do Planalto Beirão – CITERPB – recebeu e tratou, através da operação de gestão de resíduos D1- Eliminação em aterro, 17.808 toneladas de resíduos não perigosos provenientes de 85 produtores da área de influência da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

O quadro seguinte apresenta e discrimina a quantidade de resíduos recebidos por código LER.

TABELA 19 - Resíduos não perigosos recebidos no CITERPB em 2019.

Resíduos não perigosos recebidos no CITERPB em 2020		
Código LER	Designação	Total (Kg)
02 02 03	Materiais impróprios para consumo ou processamento	75.400
02 02 04	Lamas do tratamento local de efluentes	4.500
02 05 01	Materiais impróprios para consumo ou processamento	1.960
02 06 01	Materiais impróprios para consumo ou processamento	2.300
04 02 20	Lamas de tratamento local de efluente	31.220
04 02 21	Resíduos de fibras têxteis não processadas	82.740
07 02 99	Outros resíduos não anteriormente especificados	245.620
07 05 14	Resíduos sólidos não abrangidos e 07 05 13	190.900
10 01 01	Cinzas, escórias e poeiras de caldeiras	5.419.840
10 11 03	Resíduos de materiais fibrosos à base de vidro	24.840
12 01 05	Aparas de matérias plásticas	16.960
12 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados	34.920
15 01 05	Embalagens compósitas	116.100
15 01 06	Misturas de embalagens	130.700
16 01 19	Plástico	100.220
16 01 20	Vidro	4.320
16 01 22	Componentes não anteriormente especificados	14.260
16 01 99	Outros resíduos não anteriormente especificados	134.920
19 08 01	Gradados	18.280
19 08 05	Lamas de tratamento de águas residuais urbanas	205.460
19 08 14	Lamas de outros tratamentos de águas residuais industriais	369.600
19 09 02	Lamas de clarificação de água	21.320
19 12 04	Plástico e borracha	1.254.100
19 12 12	Outros resíduos do tratamento mecânico de resíduos	4.228.600
20 01 01	Papel e cartão	1.000
20 01 10	Roupas	4.336.380
20 01 39	Plásticos	12.120
20 03 01	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	728.980
Total Geral 2020 (kg)		17.807.560

3.5 MONITORIZAÇÃO DO CTRSU

Ao longo do ano é efetuada a monitorização das diferentes unidades que constituem o CTRSU de Tondela.

Estas operações de monitorização, além de darem cumprimento às normas técnicas e legislação impostas pela tutela, tem ainda o objetivo de assegurar o correto funcionamento e o eficiente desempenho de todas as unidades.

3.5.1 – Monitorização da Unidade de Confinamento Técnico de RU

A avaliação do estado da Unidade de Confinamento Técnico (aterro) [UCT] do CTRSU de Tondela é efetuada através da monitorização da superfície e volume ocupados pelos resíduos depositados na unidade. A operação da UCT em 2020 registou um incremento de 69.485 m³ do volume ocupado, atingindo um total de 2.212.132 m³. A área total ocupada na UCT naquele período atingiu um total de 123.559 m².

TABELA 20 – Superfície e volume ocupados pelos RU na Unidade de Confinamento Técnico do CTRSU de Tondela, em 2020.

Indicador	Valor 2019	Valor 2020
Área total ocupada (m ²)	110.586	123.559
Volume total ocupado (m ³)	2.142.647	2.212.132
Volume ocupado em 2020 (m ³)	95.203	69.485

Face às quantidades registadas no ano de 2019 podemos verificar que houve um aumento global das quantidades de RU depositados em aterro em cerca de 6,6%, como se pode verificar pelo quadro seguinte. Note-se que tal ficou a dever-se às recomendações da DGS e da ERSAR no contexto da pandemia do SARS-CoV-2 e ao facto de a produção de resíduos urbanos ter aumentado nos períodos de confinamento associados aos estados de emergência decretados em 2020.

A deposição de resíduos não perigosos "RIB" sofreu um aumento de 67%. O material que não é valorizado (designado de rejeitado da TMB) foi encaminhado para deposição em aterro. Em 2020 foram também enviadas para a Lipor cerca de 2971 toneladas de rejeitado da TMB, para valorização energética.

TABELA 21 – RU depositados na Unidade de Confinamento Técnico (UCT) do CTRSU de Tondela, em 2019 e 2020.

Resíduos AS	RSU	RIB	Refugo triagem	Rejeitado TMB	Circuito monstros	Madeiras e colchões	Outros	Total
2019	26.055	10.671	898	75.034	74	1.315	2.768	116.815
2020	47.791	17.808	1.181	53.893	66	1.510	2.306	124.555
Variação	+83%	+67%	+32%	-28%	-11%	+15%	-17%	+6,6%

TABELA 22 – Tratamento dos resíduos com origem em recolha indiferenciada (RI) em 2020 no SGRU titulado pela AMRPB.

2020	RSU direto (ton)	%
TMB	69.086	59%
Aterro Sanitário	47.791	41%
Total	116.877	100%

Nota: Os valores de RI não consideram circuitos especiais ou outras recolhas municipais.

Calculando a variação da quantidade de resíduos geridos obtêm-se os resultados apresentados no quadro seguinte.

TABELA 23 – Variação homóloga dos principais fluxos de entrada e tratamento do SGRU titulado pela AMRPB, em 2019.

	2019 (valor em ton)	2020 (valor em ton)	Variação (%)
Produção de RI (= recolhido)	118.817	119.286	+0,4%
Deposição direta de RI em AS	26.055	47.791	+83%
RI Entrado na TMB	89.557	69.086	-23%
Deposição em ecopontos	8.821	11.023	+25%
Deposição em ecocentros	5.785	6.626	+15%

Nota: O total recolhido não corresponde à soma de RI depositado na UCT e entrado em TMB. Aquele valor não contempla circuitos especiais.

Em forma de conclusão, pode dizer-se que, comparativamente com 2019, o ano de 2020 registou um aumento de cerca de 0,4% na quantidade de RI produzido pelos municípios.

3.5.2 – Controlo de lixiviados e efluente tratado

Todos os efluentes líquidos provenientes do Aterro Sanitário (UCT) e da Central de Valorização Orgânica (CVO), são encaminhados para a Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas (ETAL) do CTRSU de Tondela.

Na tabela que se segue regista-se a quantidade de lixiviado tratado nesta unidade, do qual resultou permeado, ou seja, água tratada e em consonância com os parâmetros que permitem a sua descarga no meio natural.



TABELA 24 – Quantificação do lixiviado da UCT do CTRSU de Tondela afluente ao tratamento de osmose inversa e respetivo efluente descarregado, em 2020.

2020	Lixiviado (m³)	Permeado (m³)
Janeiro	116.621	5.111
Fevereiro	6.668	2.748
Março	4.814	2.097
Abril	5.979	2.647
Maio	4.616	2.244
Junho	6.468	3.147
Julho	5.315	2.462
Agosto	3.868	1.820
Setembro	6.128	3.680
Outubro	8.364	5.081
Novembro	9.692	5.944
Dezembro	12.217	7.622
Total	85.749	44.605

FIGURA 25 – Lagoas de armazenamento de lixiviados do CTRSU de Tondela da AMRPB.



FIGURA 26 – Unidades de osmose inversa da ETAL do CTRSU e Tondela.

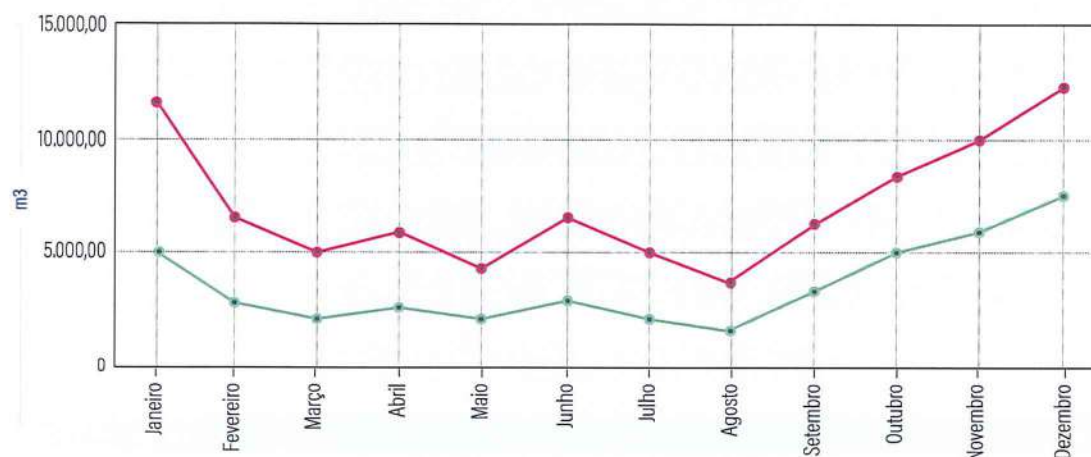


FIGURA 27 – Lagoa de permeado da ETAL do CTRSU de Tondela.



Com o tratamento instalado obteve-se um rendimento/eficiência de tratamento de 52%. Em termos gráficos podemos observar a relação entre a quantidade de lixiviado que chega às unidades de osmose inversa (OI) para tratamento e a quantidade que, efetivamente, é descarregada (permeado) no meio recetor.

FIGURA 28 – Evolução mensal das entradas (lixiviado) e saídas (permeado) da ETAL do CTRSU de Tondela em 2020.



Legenda:

● Lixiviado ● Permeado

Para verificação do cumprimento da Licença de Utilização dos Recursos Hídricos emitida para a ETAL é realizado um rigoroso controlo analítico do permeado, por laboratório externo, com periodicidade mínima mensal. Essa verificação subordina-se igualmente ao plano de monitorização imposto pela licença de exploração e licença ambiental da UCT, ao abrigo do qual são também realizadas análises ao lixiviado.

3.5.3 – Controlo de águas superficiais

A amostragem ao meio hídrico superficial, a montante e jusante da zona de implantação do aterro, permite avaliar o seu possível impacto ambiental sob o meio hídrico superficial.

Foram monitorizados dois pontos, um a montante e outro a jusante, do ponto de descarga das águas residuais provenientes do aterro, com uma periodicidade trimestral, de acordo com o preconizado na Licença Ambiental da instalação.

3.5.4 – Energia Produzida – Central de Valorização Energética

A Central de Valorização Energética (CVE) do CTRSU de Tondela assegurou em 2020 a valorização energética do biogás produzido por duas fontes de *biometanização* da fração biodegradável dos resíduos sólidos urbanos tratados no CTRSU de Tondela: (i) decomposição anaeróbia na UCT e (ii) digestão anaeróbia na Central de Valorização Orgânica da unidade de TMB.

As tabelas que se seguem exprimem a origem e a quantidade de energia elétrica produzida na CVE em resultado dessa valorização, que é posteriormente vendida para distribuição na rede pública.

TABELA 25 – Energia produzida na CVE do CTRSU de Tondela em 2020.

Ano de 2020	Energia eléctrica vendida (MWh)
Janeiro	568
Fevereiro	627
Março	629
Abril	555
Maio	620
Junho	624
Julho	636
Agosto	704
Setembro	662
Outubro	653
Novembro	673
Dezembro	675
Total anual	7.626

TABELA 26 – Origem do biogás valorizado na CVE do CTRSU de Tondela, em 2020.

Origem da energia CVE 2020	m³ biogás	Energia vendida (MWh)	%
Aterro sanitário	3.816.961	6.285	82%
CVO	805.967	1.341	18%
Total	4.622.928	7.626	100%

3.5.5 – Monitorização Ambiental das lixeiras seladas

Tal como nos anos anteriores, e desde que foram encerradas as lixeiras pertencentes à área de intervenção da AMRPB, estas são alvo de monitorização.

A metodologia de monitorização das referidas lixeiras baseia-se na caracterização das suas principais emissões (biogás e águas), assim como do seu impacto no meio hídrico envolvente.

A análise físico-química das águas subterrâneas recolhidas nos piezómetros, das águas recolhidas nos poços de retenção/lixiviados e das águas superficiais nos pontos definidos como montante e jusante das lixeiras, é realizada de acordo com os parâmetros definidos no "Programa Base de monitorização das Lixeiras" previsto nas Normas e Especificações Técnicas da Agência Portuguesa do Ambiente – Manutenção e monitorização Ambiental das Antigas Lixeiras Encerradas.

A concessionária Ferrovia é a responsável por essa monitorização, elaborando anualmente o respetivo relatório.

3.6 COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Ao longo dos seus quase 30 anos de atividade o Planalto Beirão procurou sempre estar próximo dos cidadãos, criando diferentes formas de comunicação e interação com as populações de modo a transmitir valores e linhas de orientação que despertassem a sua consciência ecológica e fomentassem a participação ativa no processo de reciclagem.

Num ano fortemente marcado pela pandemia e suas consequências, que mudaram por completo a forma de nos inter-relacionarmos, tivemos novamente que nos adaptar a esta nova realidade social e procurar novas formas de comunicar com as pessoas da região.

Por força deste fenómeno, vimo-nos impedidos de realizar ações presenciais que sempre fizeram parte do nosso plano anual e constituíam a essência da nossa atividade de comunicação. Como forma de ultrapassar estes constrangimentos, este foi um ano em que reforçámos a nossa presença na web, sobretudo ao nível das redes sociais, procurando assim continuar a passar a nossa mensagem e manter a notoriedade da marca Planalto Beirão ao nível dos diferentes públicos-alvo.

O ano de 2020 fica ainda marcado pelo arranque do PSEA (Plano de Sensibilização e Educação Ambiental), um plano de comunicação extremamente abrangente e diversificado, contratado no âmbito da operação POSEUR-03-1911-FC-000075.

As ações estruturantes do plano terão início em 2021 e irão decerto ter um efeito extremamente positivo nos comportamentos da população. Entre elas está a distribuição de *miniecopontos* para uso doméstico, a distribuir pela quase totalidade dos alojamentos da região e a presença de uma viatura itinerante de sensibilização, dotada das mais recentes tecnologias, que terá um enorme impacto na população e reforçará a notoriedade e presença do Planalto Beirão junto da comunidade.

3.6.1 – Atualização da página web da AMRPB – www.planaltobeirao.pt

No sentido de reforçar a presença desta associação nos canais digitais, o site do Planalto Beirão foi alvo de uma renovação a praticamente todos os níveis durante o ano de 2020.

Com esta intervenção pretendeu-se não só tornar esta página mais atual e visualmente atrativa, como torná-la mais intuitiva e fácil de consultar por quem a visita.

FIGURA 29 – Atualização da página web da AMRPB, em www.planaltobeirao.pt.



3.6.2 – Reforço da presença nas redes sociais

Nos últimos anos temos assistido ao fenómeno do crescimento das redes sociais enquanto meio de comunicação.

Nos dias de hoje a presença de empresas e instituições a nível mundial nas diferentes redes existentes é cada vez mais forte com a consciência da sua abrangência e alcance enquanto meios de comunicação. A constante busca por seguidores é hoje uma prioridade dos departamentos de *marketing* e comunicação, que procuram capitalizar ao máximo o potencial das redes sociais enquanto meio de divulgação dos seus produtos, serviços e projetos. A relação custo/benefício destes meios de comunicação é simplesmente demasiado favorável para que qualquer instituição descure a sua presença neste universo.

Numa época fortemente marcada pelas restrições aos contactos presenciais, esta é também uma das formas mais eficazes de comunicar com as pessoas e foi neste contexto que a AMRPB reforçou a sua presença nas duas redes sociais com maior impacto, nomeadamente o Facebook e o Instagram.

Durante o ano de 2020 foram efetuadas 94 publicações na rede social Facebook, obtendo-se uma média de 10.000 interações mensais na página. A página da AMRPB nesta rede registou um aumento de 35% no seu número de seguidores face a 2019.

No que respeita ao Instagram, a página foi criada no mês de outubro, tendo-se realizado 26 publicações. Nesta rede social estamos ainda num processo de angariar seguidores e progressivamente conquistar maior visibilidade.

FIGURA 30 – Exemplo de publicação nas redes sociais da AMRPB.

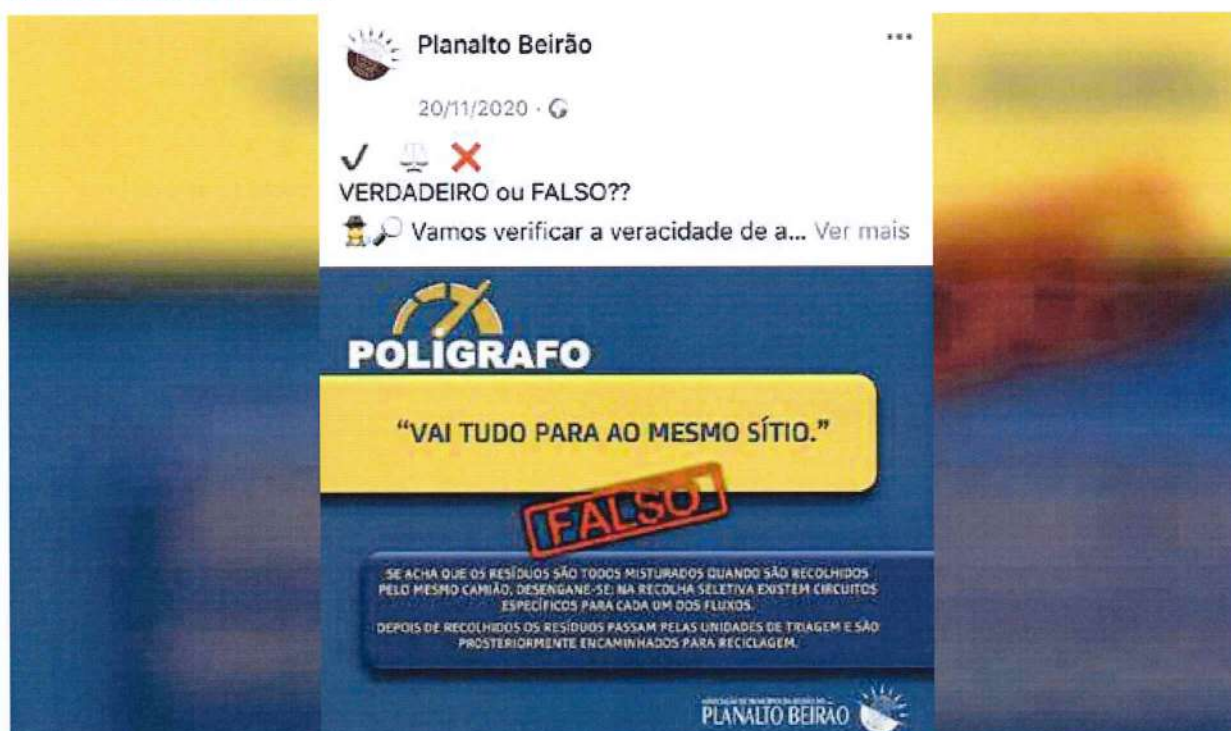


FIGURA 31 – Exemplo de publicação nas redes sociais da AMRPB.



3.6.3 – Dia Mundial do Ambiente – Rádio Regional do Centro

No dia 5 de junho, dia em que se comemora o “Dia mundial do ambiente”, a Rádio Regional Centro, realizou a sua emissão em direto do Centro de Tratamento de RSU do Planalto Beirão.

Numa emissão em que a temática da gestão de resíduos foi abordada, com especial destaque para o papel da AMRPB na região, foram entrevistados o Presidente do Conselho Executivo – Mário Loureiro –, o Secretário Executivo – José Portela – e o Presidente do Município de Tondela e também membro do Conselho Executivo – José António de Jesus.

FIGURA 32 – Rádio Regional do Centro.



3.6.4 – IN Corporate Magazine

No mês de outubro a revista In Corporate Magazine dedicou 4 páginas à AMRPB através de duas peças distintas. Uma relativa à inauguração da nova Central de Triagem de Papel e Cartão, que contou com a presença de Sua Excelência o Presidente da República, e outra mais genérica acerca do projeto global da AMRPB para a gestão de resíduos na região.

Esta publicação foi distribuída com o Jornal Público tendo assim uma abrangência de âmbito nacional.

FIGURA 33 – Capa da edição n.º 15 da revista In Corporate, do Público, de outubro de 2020.



3.6.5 – Boletim informativo

O mês de dezembro marcou o regresso do boletim informativo da AMRPB. A revista apresenta um novo visual gráfico, com uma linha mais atual, sem perder o foco nos conteúdos que marcaram os seus quase 20 anos de existência.

Numa era marcada pelos conteúdos digitais, acreditamos que esta publicação tem ainda o seu espaço e público-alvo e que permanece um meio de divulgação da atividade desenvolvida por esta instituição.

Com uma tiragem de 1.000 exemplares e publicação trimestral, o nosso boletim informativo é distribuído por Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Escolas e empresas do sector.

FIGURA 34 – Edição de dezembro de 2020 do Boletim Informativo do Planalto Beirão.



3.6.6 – Inauguração da nova central de papel e cartão

Após a total reconstrução, na sequência da reparação dos danos causados pelos incêndios de outubro de 2017, a nova Central de Triagem de papel e cartão do CTRSU de Tondela foi inaugurada a 14 de outubro de 2020 por Sua Excelência o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Na cerimónia realizada no interior desta nova unidade, o Presidente recordou o momento da sua visita a estas instalações após os incêndios de outubro de 2017 e louvou o esforço e a capacidade de resiliência de todos os envolvidos no processo de reconstrução e modernização destas unidades. Marcelo Rebelo de Sousa destacou ainda a importância do sector ambiental para a sustentabilidade global da economia e da sociedade e o trabalho desenvolvido pelos sistemas de gestão de resíduos em prol da comunidade.

A cerimónia contou ainda com a presença da Sra. Ministra da Coesão Territorial, Dra. Ana Abrunhosa, da Presidente da Comissão Diretiva do POSEUR, Dra. Helena Azevedo, figuras com um papel determinante em todo o processo de recuperação das unidades afetadas pelos incêndios de 2017.

No evento estiveram também representados os 19 municípios que integram a AMRPB, nas pessoas dos seus autarcas, reforçando assim o espírito de coesão e confiança no futuro que marcaram este momento de grande importância simbólica para a instituição e para toda a região.

FIGURA 35 – Registo fotográfico da inauguração da CT de papel/cartão em outubro de 2020.



FIGURA 36 – Registo fotográfico da inauguração da CT de papel/cartão em outubro de 2020.



FIGURA 37 – Registo fotográfico da inauguração da CT de papel/cartão em outubro de 2020.





FIGURA 38 – Registo fotográfico da inauguração da CT de papel/cartão em outubro de 2020.



3.7 ABASTECIMENTO DE ÁGUA AOS MUNICÍPIOS DE CARREGAL DO SAL, MORTÁGUA, SANTA COMBA DÃO, TÁBUA E TONDELA.

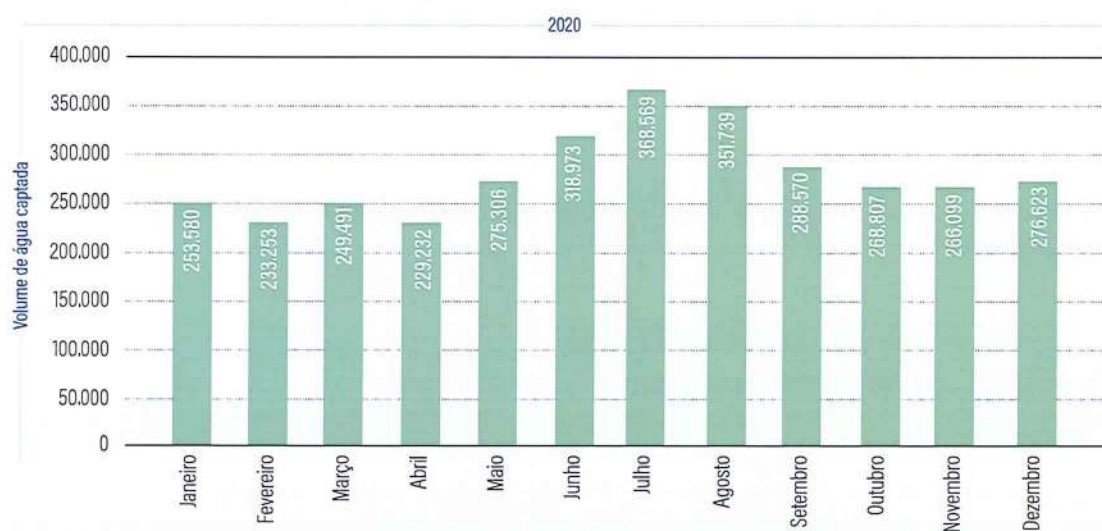
O abastecimento e distribuição de água aos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela é assegurado através da concessão daquele serviço público, pela AMRPB, à empresa Águas do Planalto, SA (grupo AQUAPOR).

3.7.1 – Aspetos técnicos

3.7.1.1 – Volume de água captada

A concessionária captou em 2020 um volume de 3.380.242 m³.

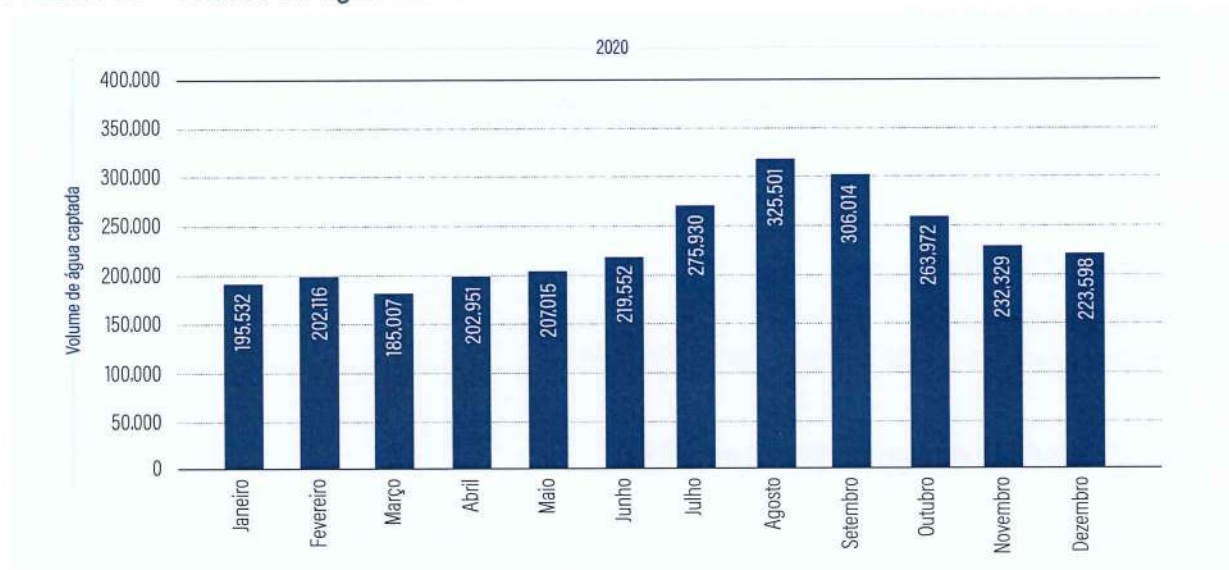
FIGURA 39 – Volume de água captada em 2020.



3.7.1.2 – Volume de água faturada

A concessionária faturou 2.839.516 m³ de água.

FIGURA 40 – Volume de água faturado em 2020.



3.7.1.3 – Detalhe do volume de água faturada

Os utilizadores domésticos têm um peso de 90% no conjunto total de contratos existentes e um peso de 72% no volume de água vendido.

TABELA 27 – Decomposição do volume de água faturada em 2020, por tipologia de consumo.

Tipo de Cliente	Volume Vendido (m³)	Peso no Total (%)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	2.046.221	72%	31.900	90%
Não doméstico	793.295	28%	3.610	10%
Total	2.839.516	-	35.510	-

O concelho de Tondela apresenta o maior peso relativo no volume faturado e do número de utilizadores.

O Concelho de Mortágua apresenta o índice de "consumo médio" mais elevado da área de concessão.

TABELA 28 – Distribuição geográfica do volume de água faturado em 2020.

Distribuição Geográfica do Consumo	Volume Vendido (m³)	% Peso no Volume Vendido	Nº de Utilizadores	% Peso no Nº de Utilizadores	Consumo Médio Mensal (m³)
Carrega do Sal	398.951	14%	5.711	16,1%	5,82
Mortágua	617.467	22%	5.273	14,8%	9,76
Santa Comba Dão	491.814	17%	6.221	17,5%	6,59
Tábua	449.145	16%	6.350	17,9%	5,89
Tondela	882.139	31%	11.955	33,7%	6,15
Total	2.839.516	-	35.510	-	6,66

3.7.1.4 – Nivel de água não faturada

No ano 2020 registámos uma diminuição da 1,7 p.p. na % água não faturada:

TABELA 29 – Apuramento do volume de água não faturado em 2020.

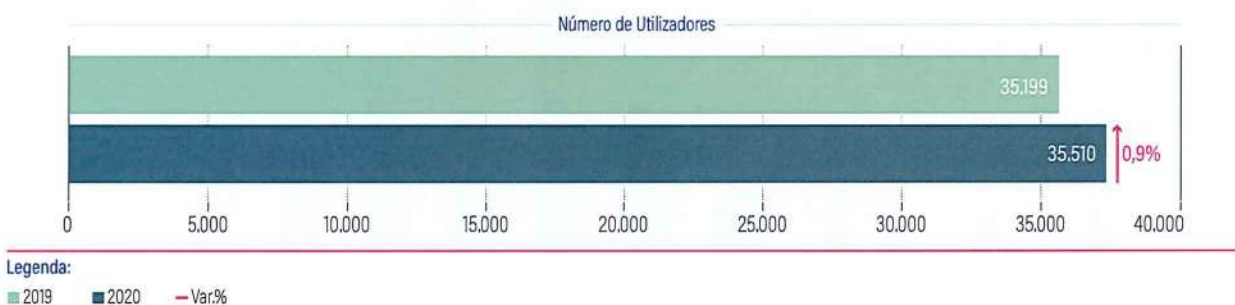
Volume de Água (m³)	2019	2020	Var. %
Água Tratada (captada+comprada)	3.406.521	3.389.064	-0,5%
Água Vendida	2.796.228	2.839.516	1,5%
Água Não-Faturada %	17,9%	16,2%	(-1,7p.p.)

3.7.1.5 – Número de utilizadores

Em 2020 a Concessionária registou um crescimento de 0,9% no número de utilizadores, mais 311 utilizadores, face ao ano anterior.

No gráfico seguinte podemos verificar a evolução do número de utilizadores.

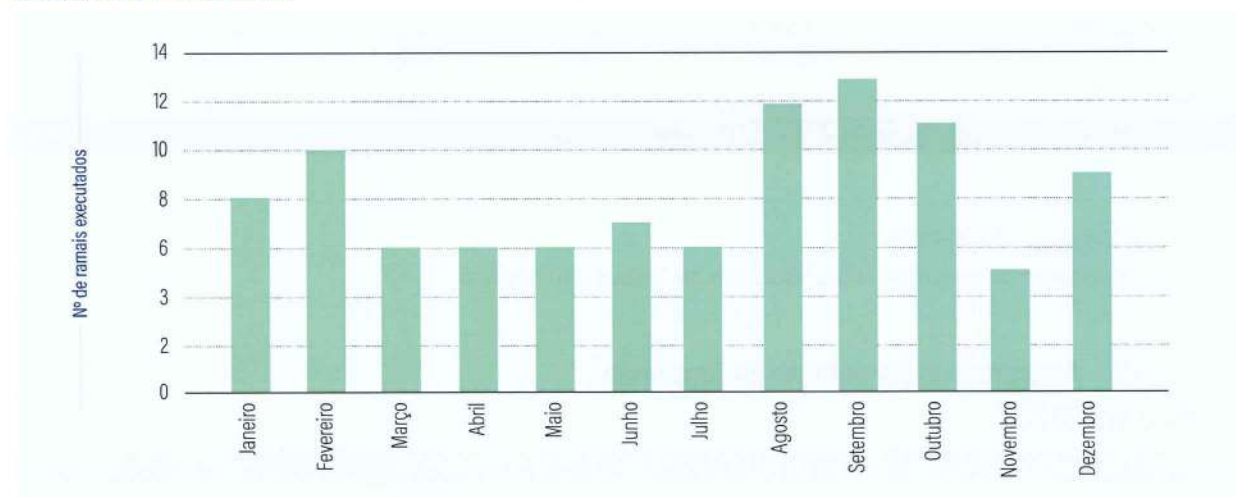
FIGURA 41 – Evolução do número de utilizadores em 2020.



3.7.1.6 - Número de ramais executados

A concessionária executou, em 2020, 99 novos ramais domiciliários.

FIGURA 42 - Número de novos ramais domiciliários executados em 2020.

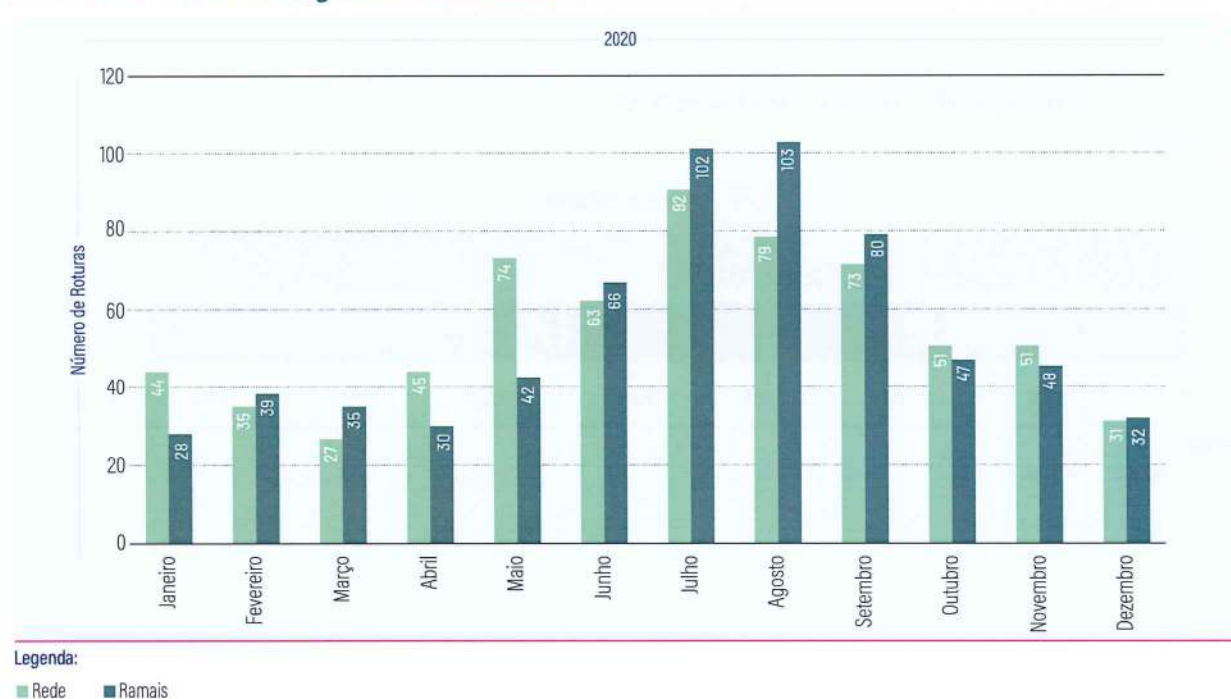


3.7.1.7 - Interrupções acidentais de fornecimento

Registámos 1.315 interrupções de fornecimento acidentais ao longo do ano 2020.

O Município de Tábua mantém-se como o local de maior índice de ocorrências, representando 37% das reparações.

FIGURA 43 - Roturas registadas em 2020.

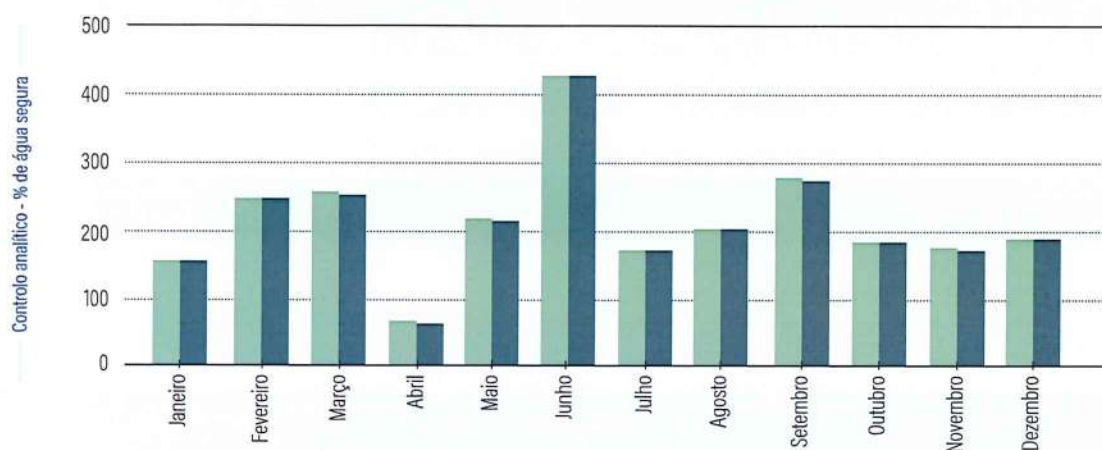


3.7.1.8 – Evolução da qualidade da água distribuída

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água em conformidade com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.

No ano 2020 registámos 2 incumprimentos paramétricos na qualidade da água fornecida.

FIGURA 44 – Controlo analítico da água distribuída em 2020.



Legenda:

■ Análises de água realizadas ■ Análises de água conforme

A % de água segura tem sido constante e sempre em patamares elevados, que permitem receber o prémio da Entidade Reguladora "qualidade exemplar de água para consumo humano".

3.7.1.9 – Caracterização dos Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2020 a empresa concessionária tinha nos seus quadros 52 colaboradores.

FIGURA 45 – Evolução do número de colaboradores.



Legenda:

■ 2019 ■ 2020 - Var. %

3.7.2 – Aspetos financeiros

3.7.1.10 – Receitas de exploração detalhadas

A concessionária registou em 2020 um volume de negócios de 6.904.514€.

TABELA 30 – Volume de negócios da concessionária Águas do Planalto em 2020.

	2020 (euros)
Venda de água	3.603.108
Taxa de Disponibilidade	3.004.543
Total Vendas Variável + Fixa	6.607.651
Ramais (Abertura)	33.986
Outros Serviços	262.876
Total das Prestações de Serviços	269.863
Total de Volume de Negócios	6.904.514



Handwritten signature



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

04



Perspetivas futuras e acontecimentos subsequentes.

Apesar do contexto de pandemia por SARS-CoV-2 (doença Covid-19), o Conselho Executivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) entende o princípio da continuidade como o mais apropriado para a preparação das demonstrações financeiras, não obstante os impactos da pandemia nas diversas operações de gestão de resíduos sólidos urbanos.

A AMRPB tem um plano de contingência e adotou em tempo útil as "Orientações e Recomendações para a gestão de resíduos em situação de pandemia por SARS-CoV-2 (Covid-19)" produzidas pela Agência Portuguesa do Ambiente em articulação com a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos.

Com a evolução das preocupações no âmbito da saúde pública, devido ao aumento de casos de infeção por SARS-CoV-2 (Covid-19) em contextos e ambientes variados e dada a necessidade de controlar fatores de risco associados à gestão dos RSU, foi desenvolvido um serviço de recolha de proximidade, em produtores que solicitem esse serviço aos municípios associados.

4.1 BALANÇO

Na análise do balanço apresenta-se uma explicação breve sobre os valores mais relevantes.

4.1.1 – Ativo

A rubrica de clientes, contribuintes e utentes com o valor de 3.123.548,93 €, traduz principalmente a dívida dos municípios.

A rubrica de caixa e depósitos apresenta o valor de 116.543,91€.

4.1.2 – Passivo

A rubrica de fornecedores tem um valor de 6.502.229,04€ e a fornecedores de investimento um valor de 740.445,47€.

Os financiamentos obtidos referem-se ao acordo de regularização de dívida com o Novo banco no valor de 22.639,30€.

4.2 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS

A demonstração de resultados faz a análise dos rendimentos e gastos do exercício.

O valor de 11.794.852,00€ na conta de Fornecedores e serviços externos está relacionado, principalmente, com os trabalhos especializados derivados da recolha e tratamento de resíduos.

4.3 CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA E DA RECEITA

4.3.1 – Despesa (euros)

Código	Descrição	Despesas pagas (euros)
Despesas correntes		
01	Despesas com pessoal	121.943,16
010103	Pessoal dos quadros	86.724,58
01010301	Subsídio de refeição	3.277,20
010114	Subsídio de férias e de Natal	8.432,32
01030501	Assistência na doença dos funcionários publ	774,34
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	22.734,72
02	Aquisição de bens e serviços	13.067.693,32
02011601	Água	61.604,44
0200203	Conservação de bens	1.122,51
020212	Seguros	63.123,72
020214	Estudos, pareceres, proj e consultadoria	134.224,21
02022501	Recolha de resíduos sólidos urbanos	6.545.045,58
0202250201	Tratamento de resíduos	5.177.317,62
0202250202	Taxa Gestão Resíduos	1.076.163,97
02022503	Campanhas de sensibilização	6.756,89
02022504	Outras	2.100,03
04050102	Freguesias	176.844,03
Despesas de capital		
07	Aquisição de bens de capital	4.668.965,51
07010407	Captação e distribuição de água	60.020,43
07010411	Infraestruturas para tratamento resíduos sólido	4.608.945,08

4.3.2 – Receita (euros)

Código	Descrição	Receita cobrada (euros)
Receitas correntes		
02020699	Impostos indiretos - outros	6.897,52
040201	Juros de mora	2.870,97
05109902	Concessão Águas do Planalto	93.004,98
06	Transferências correntes	13.236.187,90
06050101	Recolha de resíduos sólidos urbanos	5.904.697,18
06050101	Tratamento de resíduos	5.893.580,54
0605010201	Taxa de Gestão Resíduos	1.255.538,18
06050103	Quotizações	182.372,00
07010801	Venda de bens e serviços correntes	24.175,33
Receitas de capital		3.958.507,17
100307	Estado-participações comunitárias proj co-fin	3.378.670,41
10050104	Municípios	579.836,76
16	Saldo da gestão anterior	830.345,56

4.4 FLUXOS DE CAIXA

A AMRPB termina o período de 2020 tendo em caixa e seus equivalentes um saldo de 116.543,91 EUR.

Recebimentos		(euros)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
recebimento de clientes		13.263.234,20
recebimentos de contribuintes		6.897,52
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
ativos fixos tangíveis		92.854,40
subsídios ao investimento		3.958.507,17
juros e rendimentos similares		150,58
Total		17.321.643,87
Pagamentos		(euros)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
pagamentos a fornecedores		13.244.537,35
pagamento ao pessoal		121.943,16
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
ativos fixos tangíveis		4.668.965,51
Total		18.035.446,02

4.5 ANÁLISE DA DÍVIDA DIRETA DA AMRPB

4.5.1 – Investimentos - POSEUR

Fornecedor	Dívida a 1 de janeiro (euros)	Dívida a 31 de dezembro (euros)
Ovo Solutions	21.387,24	105.408,54
Sotko	405.900,00	0,00
Sopsa	40.011,90	179.306,33
Metrocompost	242.007,78	242.007,78
Ferrovial	68.702,72	213.722,82
Total	778.009,64	740.445,47

4.6 EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A AMRPB terminou o ano de 2020 com um nível de execução global de 86,54%.

Designação dos projetos	Nível de execução global %
Central de Compostagem e Valorização Energética	99,91
Campanhas de sensibilização e educação ambiental	1,91
Ampliação da rede de equipamento de deposição seletiva	76,37
Projeto-piloto PAYT nos municípios de Viseu e Seia	74,18
Ampliação e otimização linha embalagem do CTRSU	93,24
Selagem do Aterro	100
Reconstrução e reabilitação de edifício CT embalagens	100
Reconstrução de edifício de Triagem papel/cartão	85,94
Obras licenciamento das piscinas do Vale	83,24

4.7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A AMRPB utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Martins Pereira
João Careca & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

João Careca
Alec Beerten
Elsa Cândia Martins

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 65.677.132 euros e um total de património líquido de 55.150.836 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 488.910 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão** em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 18.151.989 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 18.035.446 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 22 de junho de 2021

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
representada por João António de Carvalho Careca

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



ANEXOS

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Balanço em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	Normativo Anterior
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		61.348.305,46	63.246.285,67
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras		36.000,00	36.000,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		732.800,00	
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos		39.108,41	39.108,41
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		62.156.213,87	63.321.394,08
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		3.123.548,93	2.826.953,94
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		280.825,22	990.654,42
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		116.543,91	830.345,56
		3.520.918,06	4.647.953,92
Total do Ativo		65.677.131,93	67.969.348,00
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		20.254.451,41	20.254.451,41
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		5.650.881,90	5.650.881,90
Resultados transitados		-16.303.041,33	-14.450.166,93
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		46.037.453,60	
Resultado líquido do período		-488.909,99	-1.852.874,40
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		55.150.835,59	9.602.291,98

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Balanco em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	Normativo Anterior
		31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos		3.204.258,70	50.083.701,17
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores		56.723,83	
Outras contas a pagar		3.260.982,53	50.083.701,17
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores		6.502.229,04	3.975.080,66
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			727,28
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos		22.639,30	2.945.689,56
Fornecedores de investimentos		740.445,47	1.361.857,35
Outras contas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		7.265.313,81	8.283.354,85
Total do Passivo		10.526.296,34	58.367.056,02
Total do Património Líquido e Passivo		65.677.131,93	67.969.348,00

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2020	31/12/2019
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas		12.272.104,66	
Prestações de serviços e concessões		279.750,64	
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre			
Transferências e subsídios correntes obtidos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-11.794.852,00	
Gastos com pessoal		-122.000,76	
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)		408,00	
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		4.836.348,40	
Outros gastos		-75.222,60	
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		5.396.536,34	0,00
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-5.820.941,20	
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-424.404,86	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		62.650,58	
Juros e gastos similares suportados		-127.155,71	
Resultado antes de impostos		-488.909,99	0,00
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-488.909,99	0,00
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		-488.909,99	0,00

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2020	31/12/2019
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		13.263.234,20	
Recebimentos de contribuintes		6.897,52	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes			
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-13.244.537,35	
Pagamentos ao pessoal		-121.943,16	
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		-96.348,79	0,00
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos			
Outros pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-96.348,79	0,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-4.668.965,51	
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		92.854,40	
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		3.958.507,17	
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares		150,58	
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-617.453,36	0,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-713.802,15	
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		830.345,56	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		116.543,91	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		830.345,56	
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		830.345,56	0,00
De execução orçamental		1.590.816,63	

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2020

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2020	31/12/2019
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		116.543,91	
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		116.543,91	0,00
De execução orçamental		877.014,48	
De operações de tesouraria			

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

(designação da autarquia local)

Ano: 2020
(unidade: €)

Obj	Prog	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz	Fonte Financiamento (%)				Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)
						RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
2			Funções Sociais																
2	244		Abastecimento de Água																
2	244	2006/101	Construção do Sistema em Alta e em Baixa	0202 07010407	E					01/2000	12/2020	66.150,00	0,00	66.150,00	35.636.687,79	60.020,43	35.686.708,22	90,73	99,98
										Totais do Programa 244:									
2	245		Resíduos Sólidos																
2	245	2006/208	Central de Compostagem, Valorização Energética	0201 07010411	E					04/2003	12/2020	360.500,00	0,00	360.500,00	36.155.246,49	325.910,78	36.481.157,27	90,41	99,91
2	245	2015/1	Recolha Seletiva multimaterial																
2	245	2015/1	Campanhas de sensibilização e educação ambiental	0201 07010411	O					01/2016	12/2020	1.491.000,00	0,00	1.491.000,00	13.776,00	15.012,13	28.788,13	1,01	1,91
2	245	2015/1	Ampliação da rede de equipamentos de deposição seletiva 3F	0201 07010411	O					01/2016	12/2020	4.217.007,00	0,00	4.217.007,00	5.220.493,92	1.986.535,79	7.207.029,71	47,11	76,37
2	245	2015/1	Projeto-piloto PAYT nos Municípios de Viseu e Sela	0201 07010411	E					01/2016	12/2020	1.030.868,00	0,00	1.030.868,00	70.709,01	746.473,79	817.182,80	72,41	74,18
2	245	2015/1	Ampliação e otimização da capacidade de processamento da linha de embalagens do Centro de Triagem do CTRSU de Tomobela	0201 07010411	O					01/2016	12/2020	243.000,00	0,00	243.000,00	3.352.790,22	0,00	3.352.790,22	0,00	93,24
2	245	2018/1	Recolha do Aléio Sanitário	0201 07010411	E					01/2018	12/2020	224.011,21	0,00	224.011,21	1.254.183,22	224.011,21	1.478.194,43	100,00	100,00
2	245	2018/2	Reconstrução e reabilitação do edifício Central de Triagem embalagens	0201 07010411	E					01/2018	12/2020	0,00	0,00	0,00	365.564,92	0,00	365.564,92	0,00	100,00
2	245	2018/3	Reconstrução do edifício de Triagem papel/cartão	0201 07010411	E					01/2018	12/2020	1.525.500,00	0,00	1.525.500,00	0,00	1.311.001,38	1.311.001,38	85,94	85,94
2	245	2019/1	Obras com vista ao licenciamento das piscinas do Vale	0201 07010411	E					01/2019	12/2020	10.760,00	0,00	10.760,00	53.440,18	0,00	53.440,18	0,00	83,24
2	245	2020/1	Linha de preparação de CDR / POSEUR 11-2019-30	0201 07010411	O					01/2020	12/2021	3.078.431,00	5.922.946,00	9.001.377,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
										Totais do Programa 245:									
										12.181.077,21		12.181.077,21	5.922.946,00	18.104.023,21	46.486.203,96	4.808.945,08	51.095.149,04	37,84	79,11
										Totais do Objetivo 2:									
										12.247.227,21		12.247.227,21	5.922.946,00	18.170.173,21	82.122.891,75	4.868.965,51	86.791.857,26	38,12	86,54
										Total Geral:									
										12.247.227,21		12.247.227,21	5.922.946,00	18.170.173,21	82.122.891,75	4.868.965,51	86.791.857,26	38,12	86,54

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de
Saulo Duarte Lopes

Ativo

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	1.727.720,06	0,00	0,00	1.727.720,06	1.727.720,06	0,00	0,00	1.727.720,06
Edifícios e outras construções	88.635.285,83	40.345.235,75	0,00	48.290.030,08	91.633.000,46	44.980.366,99	0,00	46.652.633,47
Equipamento básico	13.423.053,44	4.939.468,94	0,00	8.483.584,50	15.924.686,95	5.744.260,95	0,00	10.180.436,00
Equipamento de transporte	3.843.739,89	753.512,50	0,00	3.090.227,39	3.843.739,89	1.133.333,42	0,00	2.710.406,47
Equipamento administrativo	53.988,66	52.791,63	0,00	1.197,03	53.988,66	53.988,66	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	116.224,93	39.115,47	0,00	77.109,46	116.224,93	39.115,47	0,00	77.109,46
Ativos fixos tangíveis em curso	1.576.417,15	0,00	0,00	1.576.417,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	109.376.409,96	46.130.124,29	0,00	63.246.285,67	113.299.370,95	51.951.065,49	0,00	61.348.305,46

Anexo às demonstrações financeiras

No âmbito dos anexos às demonstrações financeiras, a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão apresenta as seguintes notas com o objetivo de clarificar e evidenciar os fatos cuja informação seja relevante.

Nota 1 – A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão utilizou o sistema de contabilidade SNC-AP no período de 01-01-2020 a 31-12-2020.

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	0,00	0,00
Depósitos bancários à ordem	116.543,91	830.345,56
Outros depósitos	0,00	0,00
Depósitos consignados		
Total de caixa e depósitos	116.543,91	830.345,56

Unid.: Euro

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.



Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a AMRPB não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Nota 3 – Ativos intangíveis - Não aplicável.

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente – Não Aplicável

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desconhecido. A AMRPB utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações. Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

RUBRICAS	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	1.727.720,06	0,00	1.727.720,06	1.727.720,06	0,00	1.727.720,06
Edifícios e outras construções	88.635.265,83	40.345.235,75	48.290.030,08	91.633.000,46	44.980.366,99	46.652.633,47
Equipamento básico	13.423.053,44	4.939.468,94	8.483.584,50	15.924.696,95	5.744.260,95	10.180.436,00
Equipamento de transporte	3.843.739,89	753.512,50	3.090.227,39	3.843.739,89	1.133.333,42	2.710.406,47
Equipamento administrativo	53.988,66	52.791,63	1.197,03	53.988,66	53.988,66	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	116.224,93	39.115,47	77.109,46	116.224,93	39.115,47	77.109,46
Ativos fixos tangíveis em curso	1.576.417,15	0,00	1.576.417,15	0,00	0,00	0,00
Total:	109.376.409,96	46.130.124,29	63.246.285,67	113.299.370,95	51.951.065,49	61.348.305,46



Nota 6 – Locações

A AMRPB não tem contratos de locação.

Nota 7 - Empréstimos obtidos

Do financiamento obtido junto do Novo Banco está em dívida o valor de 22.639,30€, referente à prestação de janeiro de 2021.

Nota 8 – Propriedade de investimento. Não aplicável

Nota 9 – Imparidade de ativos - Não aplicável

Nota 10 – Inventários - Não aplicável

Nota 11 – Ativos e passivos financeiros

Descrição	2020	2019
Ativos Financeiros		
Clientes, contribuintes e utentes	3.123.548,93	2.826.953,94
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos	0,00	0,00
Outros devedores	1.088.733,63	1.065.762,83
Passivos Financeiros		
Fornecedores	6.502.229,04	3.975.080,66
Fornecedores de investimento	740.445,47	1.361.857,35
Financiamentos obtidos	22.639,30	2.945.689,56
Outras contas a pagar		
FAM	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00
Credores por acréscimo	0,00	0,00
Outros Credores	0,00	0,00

Nota 12 – Fornecimentos e serviços externos



RUBRICAS	ADIÇÕES		
	Compra	Transfer. ou troca	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural			
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão			
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2.997.734,63	0,00	2.997.734,63
Equipamento básico	2.501.643,51	0,00	2.501.643,51
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	-1.576.417,15	-1.576.417,15
Total:	5.499.378,14	-1.576.417,15	3.922.960,99



Descrição	2020	2019
Fornecimentos e serviços externos		
Subcontratos e parcerias	0,00	0,00
Serviços especializados	11.794.852,00	13.439.061,32
Materiais de consumo	0,00	0,00
Energia e fluidos	0,00	0,00
Deslocações e estadas	0,00	0,00
Serviços diversos	0,00	0,00
Total:	11.794.852,00	13.439.061,32

Nota 13 – Divulgação das participações

No quadro seguinte indica-se o controlo da AMRPB na sua participadas na Ecobeirão, EIM, SA.

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação %	Participação
Ecobeirão, EIM, SA	Empresa Intermunicipal	Borralhal - Tondela	50.000,00 €	72%	36.000,00 €

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO
PLANALTO BEIRÃO

